

Paulo Freire
Adriano Nogueira

4ª EDIÇÃO

QUE
FAZER

TEORIA E PRÁTICA
EM EDUCAÇÃO
POPULAR



VOZES

Em **QUE FAZER - Teoria e Prática em Educação Popular** encontramos o pensamento pensante (e não pensado!) de **Paulo Freire**, o maior intérprete e formulador de uma verdadeira “pedagogia do oprimido” ou de uma autêntica “educação libertadora”. Neste pequeno livro temos o grande educador conversando com **Adriano Nogueira**, e com cada um dos leitores e leitoras, sobre Educação Popular: o processo educativo que rompe com a tradição educacional ocupada apenas com uma minoria social (a elite opressora) e que confere à educação um conteúdo social (e não individualista) e uma dimensão ativamente política (e não passiva).

Poder-se-ia pensar que, ao final do fio desta conversa, apareceria pronto um “manual” de Educação Popular. Isto, porém, não ocorre. Na verdade, neste livro descortinam-se largos horizontes, o que revela a complexidade e a grandeza da questão e aponta para a necessidade de elaborações mais detalhadas.

Aqui, no entanto, plantam-se idéias e surgem expressões, como: “conhecer pela via do corpo”, “mão que pensa”, co-

QUE FAZER

Teoria e Prática em Educação Popular

FAZER



Paulo Freire
Adriano Nogueira

QUE FAZER

Teoria e Prática em educação popular

4ª Edição



Petrópolis
1993

© 1989, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Brasil

Diagramação
Daniel Sant'Anna

*Dedicado a
Ana Clara,
que veio vindo
enquanto trabalhávamos
este livro.*

SUMÁRIO

| | |
|---|--|
| Apresentação (Clodovis Boff), 3 | |
| Prefácio à terceira edição (com Carlos Rodrigues Brandão), 9 | |
| Introdução, 15 | |
| "Definição" primeira: o que é educação popular?, 19 | |
| Organizar o saber, planejar a luta, 25 | |
| O texto escrito reaproxima o leitor de sua própria vida, 33 | |
| O conhecimento gerado na reflexão da favela e o conhecimento gerado nessa nossa reflexão, 39 | |
| Conversando com outro tipo de leitor(a): o(a) profissional educador(a), 45 | |
| Nossa postura crítica e a instituição onde atuamos, 55 | |
| <i>Anexo 1</i> – Educação popular: pequena parte de uma grande história, 59 | |
| <i>Anexo 2</i> – Uma visão pedagógica da cultura: o movimento popular como escola de educação popular, 65 | |

APRESENTAÇÃO

Clodovis Boff

Entre nós, a idéia de Educação Popular vem infalivelmente associada ao nome de Paulo Freire. Não porque Paulo Freire tenha “inventado” não sei que “teoria” ou “método” de educação. Nada mais falso e nada mais contrário ao pensamento do próprio Paulo Freire. Mas não há dúvida de que este tem o mérito histórico de ter sido o que melhor interpretou e com mais felicidade formulou uma verdadeira “pedagogia do oprimido”, uma autêntica “educação libertadora” que se busca praticar em diferentes áreas do trabalho popular, seja em nível sindical e partidário, seja nas mais diversas associações e movimentos sociais. Paulo Freire *representa* socialmente, no sentido preciso e mais forte do termo, esse novo modo de aproximação do povo oprimido, de sorte que dizer “Educação Paulo Freire” é já definir uma postura específica de acercamento da realidade popular - postura feita de humildade, escuta, respeito e confiança, e ao mesmo tempo de crítica, interrogação, diálogo, solidariedade e envolvimento transformador. Numa palavra, trata-se da educação como “ato amoroso”, enfatizando-se igualmente os dois ter-

mos: “ato” como ação, prática, libertação, e “amoroso” como bem-querer, confiança e reciprocidade.

Mas donde vem a fortuna da “Educação Paulo Freire” como designação dessa atitude pedagógica de fundo? Não viria talvez do fato de que Paulo Freire re-descobriu (não inventou) a *natureza* mesma da relação educativa em sua verdade mais íntima, que é sempre *libertação* de forças naturalmente adormecidas e socialmente reprimidas no educando? Tratar-se-ia realmente de uma redescoberta, no sentido de que Paulo Freire se põe na linha da melhor e mais fecunda tradição pedagógica, que tem em Sócrates a sua primeira grande expressão e que se alimentou ao longo dos séculos do rico patrimônio cristão e humanístico, fora do qual se tornaria impossível entender a pedagogia Paulo Freire”.

Contudo, o sentido histórico dessa pedagogia não está apenas e nem principalmente aí. Está antes no que marca sua distinção em relação à referida tradição. Está na *ruptura histórica* que estabelece com ela na medida em que volta sua atenção especificamente para o oprimido como sujeito de sua libertação. Efetivamente, a tradição educativa secular, sob a intenção manifesta de se ocupar com a pessoa humana, acabava se ocupando com a elite, finalmente com o opressor. Por isso mesmo, a “pedagogia do oprimido” conferiu ao processo educativo um conteúdo decididamente social e não mais individualístico e, além disso, uma dimensão ativamente política e não mais simplesmente passiva e reprodutora do *status quo*. Daí por que a noção de Educação Popular em Paulo Freire inclui ao mesmo tempo a consciência e o mundo, a palavra e o poder, o conhecimento e a política, em breve, a teoria e a prática.

Mas nem por isso haveria que se entender Paulo Freire como o “pai” de uma nova concepção pedagógica ou

como o “mestre” de uma nova doutrina da educação. Nada mais contraditório com tudo o que aqui se diz. A verdade é que Paulo Freire disse o que todos os que lidam com o povo oprimido sentem, querem e intentam fazer e dizer. Nesse sentido, se pode haver para ele um apelativo, talvez seja o de *profeta*, na medida em que se fez o intérprete e revelador de um amplo processo de educação que já corria no seio do povo oprimido mas que procurava se dizer e tomar corpo num discurso.

Evidentemente, fica sempre o trabalho próprio da teoria e suas leis - coisa que nunca é mero reflexo ou pura representação, mas tem muito de iniciativa e construção. Conseqüentemente, fica igualmente sempre o que há de irredutível na pessoa e no destino de um homem que tem uma posição na história. Indubitavelmente, Paulo Freire é dotado (sem ser estritamente possuidor) de uma vocação particular, diríamos um “carisma”, que lhe garante um lugar definido na caminhada libertadora dos oprimidos. E o poder da opressão não se enganou: o exílio do educador e a “satanização” política de “seu método” (“conscientização” = subversão!) era menos sinal do obscurantismo autoritário do que prova de sua fecundidade histórica.

De fato, pode-se dizer verdadeiramente histórica a contribuição de Paulo Freire ao processo de libertação dos oprimidos, e não só no Brasil. Por certo, muito do “novo” que hoje se mostra no variegado Movimento Popular, especificamente no “novo sindicalismo”, nas lutas de um “partido novo”, no surgimento de novas e originais associações e particularmente na “pastoral popular” da Igreja da libertação, não diríamos que se deve a Paulo Freire (como se a história fosse feita por individualidades, por mais geniais que sejam), mas encontra certamente nele uma das melhores expressões culturais e uma clara referência identificadora. Mais: não se

poderia dizer que a quintessência dessa “nova prática política” que se está levando nas bases é, para falar direto, Paulo Freire? O segredo mais oculto desse novo estilo de prática social, que se caracteriza em fórmulas como “partir da realidade”, “discutir de baixo para cima” e outras do mesmo gênero, não é precisamente a “pedagogia do oprimido” e a “educação como prática da liberdade”? Efetivamente, essa nova prática social, antes de ser um processo real ou um procedimento metodológico, não é uma atitude de base, toda feita de respeito pela liberdade do outro, de comunhão solidária na palavra e na ação, enfim de reconhecimento do sujeito pelo sujeito?

Assim foi que Paulo Freire ajudou a todos os que lidam junto com os oprimidos a dizer e a fazer por sua própria conta o caminho sempre inédito da libertação. Justamente por isso, Paulo Freire se apaga atrás de sua “influência”. Ora, essa não é a suprema realização do educador: a de ter fim quando alcança seu fim? Educação consumada não seria, de certa forma, educação consumida?

Neste livrinho ouvimos de novo a voz do educador, conversando com Adriano Nogueira e com cada um dos leitores e leitoras. Temos aí a ilustração do que é um pensamento pensante e não um pensamento pensado. Trata-se, como sempre, de um pensar dialogante, por isso processual e a mais vozes, inclusive as do povo. A palavra de Paulo Freire é como uma fonte jorrando na praça da cidade: é criação contínua. E desse fluxo surgem, por vezes, fórmulas luminosas e evocadoras, como a condensar uma reflexão ou então a exprimir uma intuição súbita, fazendo sentir algo e pensar mais. Ora são flores que desabrocham lentamente, ora são botões que espoucam de modo repentino.

Temos então expressões e idéias assim: “conhecer pela via do corpo”, “mão que pensa”, conhecimento científico

co como “saber melhor o que se está fazendo”, “cultura de lutas” distinta da “cultura de livros”, ler como um “pensar além do autor”, a não-escolaridade como “resistência cultural”, o Movimento Popular como “escola viva”, a linguagem como “traje de banho” com que o educador há de se banhar na realidade (idéia de A. Nogueira), o “desentendimento cultural” de certas críticas intelectualistas feitas às “ingenuidades” do povo como gostar de novelas etc., o “sonho coletivo” e o “sonho na mão” que antecede e prepara a ação concreta, as “normas invisíveis” de caráter político que intermedeiam a relação professor/aluno, a escola como “espaço de opções políticas”, a “solidariedade contadeira” e o “aparear-se com os ‘atendidos’ da instituição” como estratégias libertárias e mais ainda a “sadia insanidade” que comporta o “desabafo cultural” e o “contentamento pedagógico”, ou seja, o gosto do trabalho com os pobres, para além da tristeza e insatisfação com relação ao sistema, enfim, o “estar opcionado pelos marginalizados” e por aí vai.

O livro queria ser um “manual” de Educação Popular e resta no texto a confissão desse desejo. Mas outros podem realizar essa tarefa de recolhimento e ordenação dos resultados de toda uma prática educativa. Como não é síntese, esse livreto não é também propriamente análise. Abre antes sem cessar os horizontes, apontando para a necessidade de elaborações mais detalhadas.

É assim que, andando na direção em que aponta o próprio Paulo Freire, no sentido de “problematizar” um pensamento e “pensá-lo para além” dele mesmo, ainda que “opondo-se” a ele, poderíamos aqui levantar algumas questões que foram tocadas na discussão, mas que carecem de uma articulação mais desenvolvida:

- a própria *definição de educação* enquanto conjuga epistemologia (conhecimento) e política (prática de transformação social): como definir as especificidades respectivas desses conceitos tão importantes, condição de sua correta articulação em função de um conceito preciso de educação?

- a *relação conhecimento por conceito (livro) e conhecimento por experiência (prática)*: como discernir suas relações e contradições, sem cair em sua contraposição artificial?

- a *idéia mesma de experiência*, prática ou simplesmente vida: como pensá-la em dimensão social e em escala histórica, para não se ficar preso ao meramente individual ou comunitário, onde sem dúvida deve se enraizar e daí partir?

- a *teoria da passagem "crítica"* do nível imediato de conhecimento (micro) ao nível propriamente político (macro): como se dá tal passagem e que fatores implica?

- o *conceito de educação entendida em relação com a transformação social*: como tematizá-la dentro de condições históricas dadas, para que não se transforme numa ontologia praxista e não deságüe na opção abstrata do revolucionarismo permanente?

Eis questões, entre outras mais, que só se podem discutir e desenvolver a contento, como diria nosso Paulo Freire, na "paixão de conhecer", na vinculação orgânica com a práxis e no contexto do diálogo com os parceiros da palavra e, ainda mais, da história, que são os oprimidos.

São Paulo, 5 de novembro de 1988

PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO

Por que uma nova edição?

com Carlos Rodrigues Brandão

Conversar com você, Brandão, era uma coisa que "tava faltando" nesse nosso livro-bate-papo. Lhe faço um convite: faremos dessa nossa conversa um prefácio à terceira edição. Mais do que isso, faremos conversar a partir de temas e de propostas já percebidos e já refletidos por um Antropólogo-Educador.

Uma primeira questão... que eu vejo muito próxima ao nosso modo de reflexão nesse "que fazer" ... é uma questão assim: quem já pôde ler algum de seus escritos provavelmente percebeu que o Brandão escreve com direção orientada: quero dizer, ele escreve "canções de militância", ele escreve sobre aquilo que se fez, escreve para aqueles que estão molhados no quefazer cotidiano. É um estilo? Essa forma de escrever mostra-me um jeito de fazer ciência absorvida criativamente pelo que está (ou esteve...) acontecendo...

Veja você, Adriano, e eu já vou adentrando nesse Manual que Paulo Freire e você produziram; veja que o cientista sofre um desafio. É o desafio de absorver a criatividade das "soluções populares". Como refletir e como documentar isso? Podemos iniciar por aí...

Essas "soluções populares" para os problemas da vida social, elas revelam algo interessante. Existe aí a maneira pela qual os setores populares identificam seus problemas; dito de outra forma: nessas soluções há maneiras pelas quais grupos populares se expressam "problematizados" pela realidade. Nesses envolvimento existe "pesquisa popular", existem maneiras de produzir e apropriar-se de conhecimentos. Me pareceu que vocês refletiram alguma coisa nesse sentido: as maneiras de definir qual é o problema são também os caminhos de refletir como é o problema, e a partir daí podemos entender mais sobre a organização epistemológica própria aos setores ou Movimentos Populares. Vocês mencionaram ao saber popular, se organizando a nível de planejar a luta...

Sim, Carlos, tentamos comentar a estreita relação entre "saber, conhecer, lutar pela vida". Comentamos com o (a) leitor (a) como é que isso se passa na vida: muita coisa que o povo sabe... se faz melhor conhecimento... quando esse povo se organizou para mudar a cara da cidade, de acordo com suas necessidades. Como é que você tem visto isso?

Gosto de pensar nisso como uma "cultura em situações". Em um primeiro momento... se se pode falar assim... os problemas percebidos se inserem dentro de um sistema de saber, que é o deles; esse primeiro momento poderia nos mostrar que o Movimento Popular vai dimensionando suas percepções dentro de suas relações de mundo. Portanto: buscar "soluções populares" é, ao mesmo tempo, modificar as relações com esse mundo; nessas mudanças é que se elabora uma visão de transformação. Um segundo momento é descritivo, as percepções e as soluções são oralizadas por uma narrativa assim:

como sucedeu aquilo que se deu. Essa narrativa é, por vezes, cantada no improviso; outras vezes é uma narração letrada no cordel. É sempre um saber de percursos. Como diz o Paulo Freire, no "que fazer": é quando o corpo vira corpo percebido.

Poderíamos chamar isso de método, Carlos?

Sim, poderíamos. Com uma atenção especial para o seguinte: em nossa tradição intelectual o método pressupõe uma abstração cognitiva. Essa abstração conta com a representação: as coisas e objetos são substituídos pelos conceitos. E, na época moderna, ter conhecimento é ter poder sobre aquilo que se conhece. Há uma relação, aí, entre saber e poder...

...Se estou lhe entendendo...as tais "soluções populares" são produzidas, estão em andamento, e por esse caminho vai-se "inventando" um Brasil de populações rurais, um Brasil de migrantes "sem-terra", um Brasil desses a quem (por comodidade) denominamos: setores populares. Seguindo sua reflexão, Carlos, é importante buscarmos qual poder habita nesse tipo de saber. Na saúde, na religião, no lazer ou na alimentação está em Movimento esse "país de soluções populares" ...

...e também, Adriano, na arte, no vestuário, na habitação e no ganho de vida está em Movimento esse desafio epistemológico para nossa produção científica. Já crescemos, já superamos aquelas fases anteriores nas quais tentávamos "transferir" para o povo nossa ciência e nossa tecnologia de faculdades: no máximo... essas fases anteriores conseguiam transformar pessoas "ingênuas" (com valores antigos) em pessoas "manipuláveis" (com valores metropolitanos).

Era interessante comentar, aqui, como foi que nós, gente de universidade, viemos crescendo e superando fases... diz um pouco disso, Brandão.

Com ajuda intelectual de alguns Movimentos desses descobrimos o jeito pelo qual nós — geralmente a classe média universitária, metida em Igrejas, sindicatos ou programas institucionais — temos chance e força pra impor. Impor o quê? Tivemos que descobrir isso. Impor nossa visão de como governar uma cidade ou uma organização... impor nossa maneira de ver e organizar os dados da realidade... e assim por diante. A Educação Popular se caracterizou por essa aprendizagem, foi uma escola pra muita gente: participar não é impor, participar é se expor. Vocês mencionam isso no livrinho... quando comentam a relação entre Teoria e Prática; essa relação é tensa, não é tranqüila, nenhuma é primeiro que a outra, ninguém é "mais teórico" ou é "mais prático", todo mundo que se resolve a transformar a sociedade precisa de ambas. Mas, enquanto escola, a Educação Popular teve muito mais de criatividade... do que de método, Brandão?

Sim. Se você pensar, Adriano, que nos processos de Educação Popular o discurso teórico é, necessariamente, produção cotidiana, e ele se verifica ou não se verifica nas mudanças da vida e da cidade. Portanto... nosso método de elaboração de uma Ciência da Educação Popular é um método cujas perguntas teóricas são questões contidas na pesquisa e respondidas na política.

Uma última "provocação" ao antropólogo. Temos trabalhado, todos nós, a fala do povo; temos nos envolvido com essa forma cultural que é muito oralizada. Um certo modo de falar, somado a gestos e jeitos, nos envia à geografia humana, popular, se pondo no mundo. Para "se ajeitar" dentro de um mundo em transformação a fala do povo diz realidades, ora em desequilíbrio (os valores mudam...) ora em esperanças (do possível, que virá...), ora em desatino (tudo está em seu lugar...). Como é que você vê isso? Como é que um cara letrado, filho da expressão cultural erudita, como é que você é desafiado por essa oralidade?

Trago pra dentro de nosso bate-papo o intelectual Guimarães Rosa; com alguma análise sobre ele penso responder a você, Adriano. A oralidade tem certas tendências, tem suas tentações; a fala do sertão, a prosa do favelado é bonitamente espontânea, vem pautada em jargões, vem geográfica como você disse. Tenho gravado a isso, tenho escutado e transcrito a essa oralidade. Quando falada ela é uma coisa, no momento de ouvir e transcrever... já não é a mesma coisa; é preciso, então, compreender essa tradução. Foi o Sartre quem disse, creio, que a pessoa fala em um idioma e, ao escrever, redige em outro idioma. Quando trato de ouvir e transcrever minhas entrevistas me lembro disso tudo. É aí que começa nosso estudo sobre o João Guimarães Rosa. Ele contactou o sertanejo, trouxe pro livro algumas vidas de gente do fim do mundo, há caipiras e caboclos absolutamente presentes. MAS... ele não gravou ninguém. A prosa de Guimarães Rosa (e é dele, aquela prosa...) nos põe face a face com uma lógica própria à construção popular de mundo; a fala é poética, sem qualquer daqueles "vícios" ou ressonâncias tipo... "nóis veio"... O Guimarães Rosa trouxe para o livro a boniteza possível de uma prosa, e conseguiu suprir (no texto-livro) a ausência dos gestos, a ausência geográfica de olhos e jeitos e proximidades da prosa. Que é que ocorre ali? Penso que a narrativa surge "heroicizada", além de poética... Mantendo as metáforas populares, mantendo a lógica sertaneja de compreensão de mundo... O texto faz uma re-tradução da oralidade. O texto reinscreve à realidade oralizada das relações dos sertanejos e seu mundo. A oralidade é penetrada pela intenção com que a pesquisa e a documentação se fizeram.

Penso que é, em termos gerais, o que podemos fazer com a produção científica, desafiada pelas soluções populares.

Nossa produção científica se tornará sistemática nas aproximações do real e, nessa sistematicidade, nosso esforço gnoseológico será fertilizado pelas lógicas da luta popular.

Agora... como isso se dá no dia-a-dia da Educação Popular...
remeto o(a) leitor(a) para a leitura desse "que fazer"...

Campinas, outra vez inverno, 1989
Carlos Rodrigues Brandão
"provocado" por Adriano Nogueira

INTRODUÇÃO

Uma pergunta primeiro, Paulo. E faço dela uma introdução ao nosso assunto: *educação popular*.

Como foi que "brotou" tudo isso? Como veio a surgir esse conjunto de esforços a que chamamos *educação popular*? Isso tem enriquecido ao pensamento de muita gente, nós sabemos; e é um tipo de riqueza que foi necessária para algumas pessoas, foi urgente para alguns momentos da vida brasileira. Então... essa é uma pergunta muito cheia de vida e de detalhes. Faço essa pergunta a Paulo Freire, uma das pessoas que estavam envolvidas no nascimento da *educação popular*. A memória de Paulo Freire nos ajuda a entender *por que é que foi necessário brotar uma concepção de educação que seria "educação popular"*...

Essa pergunta que tu fazes, ela contém em si mais de uma pergunta. Vou desdobrá-la em reflexões que me parecem importantes. Tu perguntas, Adriano, sobre o nascimento de educação popular. Como isso se deu? Quais os possíveis pais e mães dessa concepção de educação. E - vejas - já es-

tamos tratando de uma compreensão direcionada de educação: estamos tratando da dimensão popular que veio marcar o pensamento pedagógico.

Educação Popular ganha uma força maior a partir de várias razões. Comento algumas: penso naquele estilo de fazer política que era próprio ao populismo. Nesse estilo de fazer política as massas e os movimentos populares “aparecem”; coloquei entre aspas esse “aparecem”, e nós sabemos por que: os grupos e movimentos populares entravam em cena de forma tutelada e vigiada. No entanto, havia muita gente que trabalhava muito a sério essa participação de movimentos ou grupos populares; houve quem levasse a sério um país onde fosse possível e importante a participação de movimentos populares organizados. Surgiu uma compreensão sobre movimentos de classes populares. Não estou afirmando que isso se deu “graças” ao populismo. Não. Estou dizendo que o contexto e aquela maneira de fazer política permitiram que tomasse corpo uma preocupação desse gênero. Alguns grupos populares produziram os seus intelectuais e fizeram possível uma concepção “orientada” de educação. Sabes, Adriano... teremos que explicar melhor essa idéia de “produzir” aos intelectuais populares... falaremos disso com o(a) leitor(a). Houve outro tipo de razão: foi a industrialização urbana, muita migração em direção às cidades; muitas pessoas sendo expulsas do campo e aí também surgiram movimentos onde a população refletia sobre essa migração. Havia uma idéia bastante comum que era educar as pessoas para o progresso do país; segundo essa idéia haveria que educar as pessoas para integrar em um processo de Brasil moderno.

As massas de migrantes deveriam ser educadas em um curto prazo para se integrarem no progresso. Falava-se bastante em educação de adultos. Essa educação de adultos buscava apontar *uma relação entre* educar pessoas com vista

na transformação (o progresso) da sociedade inteira. Havia muita gente participando nessa reflexão.

Ficava muito claro para muitas pessoas a insuficiência das escolas que tínhamos. Veremos isso também, meu amigo; veremos como isso pode ser enfocado desde o olhar e a preocupação das classes populares.

Bom... se a escola era insuficiente... tínhamos que encontrar os motivos. E esse pensamento de buscar as razões era um pensamento amparado na participação das massas populares na transformação do país.

Outra questão, eu já mencionei, havia *uma relação muito estreita* entre educação e transformação da sociedade. Portanto, haveria um tipo de educação não apenas para transformar as pessoas... mas haveria educação que refletisse com as pessoas a transformação do país inteiro. Nesse ponto, Adriano, há um “preste-atenção” que não podemos esquecer.

Algumas das reflexões que fizemos naquele contexto são bastante comuns. Por exemplo, é conhecido o conceito de *educação bancária*.*

* Convidamos o(a) amigo(a) leitor(a) para aprofundar esse momento. Para ajudar nesse aprofundamento fizemos um anexo, intitulado EDUCAÇÃO POPULAR: PEQUENA PARTE DE UMA GRANDE HISTÓRIA. Veja bem, é uma pequena parte. Conversaremos um pouco mais. A pergunta é assim: Como se configuram aquelas práticas de vida que viriam, mais tarde, a ser denominadas *educação popular*?

Queremos conversar sobre os momentos e sobre as razões que habitam os trabalhos e as cabeças de muitas pessoas; pessoas que estavam vivas e envolvidas nos anos 50, nos anos 60... Queremos conversar sobre alguns conceitos, como foi que esses conceitos surgiram, por que razões tais conceitos foram necessários para compreender a vida e para lutar por um Brasil melhor.

O nosso anexo começa bem assim: “Houve um tempo em que...” Ao mesmo tempo, conversamos sobre “o lado de dentro” de alguns conceitos. Trata-se de uma conversa sobre o momento, trata-se de uma conversa sobre a História que envolve as pessoas.

Possivelmente o(a) nosso(a) leitor(a) já ouviu sobre isso. Então é uma conversa que precisa relacionar um jeito de trabalhar, uma forma de refletir e algumas maneiras de fazer a história acontecer.

Prosseguindo, Paulo, com esse nosso bate-papo, peço-te uma primeira “definição” de educação popular. E entendo que o(a) nosso(a) leitor(a) vai captando e vai entendendo que educação popular já está sendo “definida” através das considerações que a vida permitiu ou exigiu. Existe um jeito de produzir pensamentos (falaremos sobre isso...) e esse jeito é próprio de Paulo Freire, é próprio da educação popular... Em nosso modo de refletir aqui, com você, leitor(a), tentaremos respeitar o jeito de ser da Educação Popular.

“Definição” primeira: o que é educação popular?

Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso *poder*, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. Em uma primeira “definição” eu a aprendo desse jeito. Há estreita relação entre escola e vida política.

Pergunto, Paulo: é por aí, então, que temos dito muitas vezes “a educação é uma prática política”? Prática política, misturada à tarefa educativa, levando em conta que a sociedade se transforma passo a passo com propostas populares em educação? Vai por esse rumo?

Certo, meu amigo. Agora... depois que a entendo como mobilização, depois que a entendo como organização popular para exercício do poder que necessariamente se vai conquistando, depois que entendo essa organização também do saber... *compreendo* o saber que é sistematizado ao inte-

rior de um “saber-fazer” próximo aos grupos populares. Então... se descobre que a educação popular tem graus diferentes, ela tem formas diferentes. Que é que tu pensas sobre isso, Adriano?...

Meu desejo aqui, Paulo, é equacionar isso que dissemos. Gostaria de fazer um resumo ao interior de uma espécie de quadro: *o quadro que nos mostra maneiras de conhecer ao mundo*. Vejas... nós dissemos, no papo, que estamos começando uma “definição” de educação popular e ela é um modo de conhecimento; ou seja, esse modo de conhecimento tem como ponto de partida aquela “prática política” que mencionamos. Está aqui um ponto muito próprio à educação popular: o conhecimento do mundo é também feito através das práticas do mundo; e é através dessas práticas que inventamos uma educação familiar às classes populares. Estamos admitindo um modo de conhecimento que é peculiar a elas. Bem... prosseguindo... é importante perguntar à educação inventada: quem elabora programas de educação? Como se deu esse processo? Faça essas perguntas, Paulo, para trazer aqui o trabalho conjunto entre grupos populares e educadores. Supondo que entre os grupos populares haja educadores ou profissionais originados da classe média...

Pergunto *como anda a* convivência entre esses grupos e os educadores não nascidos das classes populares. Digo estes pensamentos porque estou pondo em prática o que disse antes: há modos de conhecer o mundo e as classes populares têm um modo peculiar de conhecimento; minha pergunta se dirige aos conteúdos e programas de educação re-inventada. Como serão eles? Eles são inventados pela vida do povo em parceria com profissionais engajados?

Isso é que eu chamava de equacionar, Paulo. Mostramos ao(à) leitor(a) como é que esses elementos se encon-

traram na história do nosso Brasil. Movimentação popular... tendo umas propostas de mudanças na sociedade brasileira... tendo seu jeito de conhecimento da vida... organizando-se para poder dizer sua palavra... convivendo com educadores e intelectuais da classe média (em geral são da classe média) e inventando programas de educação. Esse conjunto teve origem na educação informal, teve origem nas críticas à sociedade burguesa que marginaliza aos movimentos populares. Que te parece esse “quadro”, Paulo?

Eu coloco essa tua reflexão, Adriano, dentro de um exemplo. Pensemos nos grupos de mulheres com que a Débora está atuando. Nos sábados há reunião desses grupos de mulheres; há um sonho de mudar a vida, existem propostas de fazer isso. É possível que nesse grupo de mulheres não haja relação entre sonhos de mudança (proposta pelo grupo) e modos de mudar a sociedade em geral. Quero dizer: há níveis de educação popular. Eu pude ouvir algumas líderes daqueles grupos: elas compreendem a vida como luta pela vida. É uma compreensão experimentada, de peleja. Essa compreensão pôs a luta como centro: lutou para crescer, lutou pra ter o café de hoje, lutou pra botar filho crescido... e essas lutas geram sonhos, geram esperanças de um amanhã diferente. Ou seja: a concepção entre essas mulheres sobre o futuro é uma concepção esperançosa, concebem que o futuro não pode repetir o ontem; as coisas devem se modificar. Nós, intelectuais, nos educamos através de dar força e jeito para que esses grupos populares transformem de fato o dia de amanhã. Ora, há momentos em que a educadora Débora (que é de classe média) se encontra com aquelas mulheres e - num certo sentido - há um ensinar. Não há um programa, inexistente nessa pedagogia um programa preestabelecido de conteúdos a serem ensinados. No entanto, essas pessoas se ensinam umas às outras, elas “se medem” em atos grupais de conhecimento.

E há um passo que é necessário nessa pedagogia em confronto: *entre as mulheres* da favela há conhecimento (conhecimento cada vez mais claro) de que naquelas reuniões, naqueles momentos discutidos se busca assuntos sobre elas e sobre a favela. E aí pode haver um “corrimão” *que é* o seguinte: estamos nos reunindo ao redor de nossos temas e buscamos mudanças mais amplas nessa sociedade em que sobrevivemos. OU SEJA, sem perder a noção e o gosto de reunir-se em torno de si mesmas, essas mulheres atingem uma inteligência maior de propor atitudes coletivas buscando o futuro que a esperança deseja. Então... é quando aquelas reuniões de sábado à tarde alcançam relacionar-se TAMBÉM com um olhar sobre o todo da sociedade brasileira. É um outro nível.

Quero encaixar aqui uma pergunta para ti, Paulo. Creio que é uma questão que decola desse momento de nosso bate-papo. Trata-se do seguinte: onde é que se aninha o saber popular? explico melhor: esse saber popular, adquirido dentro de lutas, onde é que ele faz sua morada? Essa questão tem a ver com uma outra: para elaborarmos, nas reuniões de sábado à tarde, um programa de atuações e discussões em que os atos de reunir se relacionem com uma inteligência maior de sociedade brasileira, então eu devo farejar *onde e como* têm se aninhado (nas expressões do povo) a sua noção e a sua compreensão sobre sociedade brasileira. Pois será com esse saber, aninhado, que estaremos trabalhando um programa, um alcance maior portanto. E nota, Paulo, que aqui vai um olhar nosso (de classe média) sobre o povo, sobre suas organizações... Faço uma pergunta do campo de conhecimento experimentado. Que é que tu achas disso?

Percebo que a luta engendra um sabor em certo nível. Sempre que se luta e peleja há uma certa noção, há uma certa clareza sobre aquilo por que se luta, há uma noção de remover obstáculos. Por exemplo: eu luto porque

tenho fome e vou à luta para buscar comida. Ou então: eu luto porque percebi que estou sendo explorado e há patrões que se beneficiam com minha exploração. Mas, vê comigo, há um momento em que se pode descobrir que as necessidades pelas quais se luta podem ser satisfeitas, podem ser resolvidas; essa descoberta dá conta de que há caminhos possíveis e que as necessidades - as que fazem lutar - não são tão exageradas, e podem ser resolvidas. Estamos em um momento em que vai sendo descoberto o limite da necessidade. Vai se apalpando soluções para a transformação da necessidade popular. O cotidiano sugere essas soluções. Sugere contornos e freios à ganância de quem tem poder. Há descobertas nisso aí. Descobre-se uma correlação entre a necessidade e a ganância. A diferença nas posições de *resistir à dominação* vai transformando a ação do dominador. As pessoas descobrem, dia após dia, que estão resistindo (por exemplo...) às ameaças de desemprego, estão resistindo à rotatividade de pessoas para manter baixos salários etc.; em seguida, não é difícil descobrir uma atitude que aperfeiçoe NOS DOMINADOS a resistência. Quero dizer, começam a surgir ações coletivas buscando obter algum resultado positivo para todos aqueles que resistem. É a eficácia da resistência, retroagindo sobre a opressão. O QUE É QUE HOUVE AÍ? OCORREU O QUÊ? Ocorreu que o grupo (ou a categoria) reuniu as variadas percepções individuais. Reuniu e tirou uma postura coletiva. Aquelas opiniões de todo dia, aquelas “manhas” de resistir em alguns momentos estratégicos, TUDO ISSO vai sendo “estudado” a nível coletivo. São atitudes que tendem a aperfeiçoar a resistência, torná-la inteligente. Haverá menos atenção só nas reações individuais: haverá reações horizontalmente compreendidas. Haverá comportamentos de muitos, entendidos por muitos mais. É o aspecto coletivo da resistência. Ele tem um jeito especial de tornar-se conhecido e divulgado. Estamos estudando que jeito especial é esse.

Nesse momento eu pergunto, Paulo, acerca da constituição de um programa de ação popular. Parece-me que ao povo de um bairro, ou aos grupos de uma favela, é mais custoso constatar a necessidade de um programa de ações populares; parece-me que esse povo e esses grupos marginalizados percebem mais rapidamente que sua (deles) maior dureza na postura muda a postura do dominador. E aqui eu coloco minha questão: *como organizar a percepção?* Como organizar o saber popular em um programa de ações populares? Um programa no qual o saber popular não apenas resiste mas se organiza? Como tu vês esse caminho? É a continuação do que te perguntava: onde se aninha o saber? Estou me referindo ao gostoso que é “capturar” as relações entre as pessoas. Esse “capturar” quer dizer apreender. É esse o começo de *conhecer*. É quando são “capturados” os objetos e os símbolos pela inteligência. Podemos entender a esse processo como a *reflexão*. Pode-se perceber, através desse procedimento, que os objetos e as relações humanas estão se dando, estão “se oferecendo” à reflexão. É quando apreendemos. É quando “capturamos”. Vê, Paulo... ao conjunto de procedimentos que apreende à vida (capturada) eu denominei PROGRAMA DE AÇÃO POPULAR. É uma maneira de conhecer. É um nível de conhecer, conforme dizias tu...

Penso, Adriano, nesse sentido, essa é uma forma de conhecimento pela via do corpo. E o intelectual pode se enriquecer ao aprender com essa forma de conhecimento. Vê a intimidade que existe entre (por exemplo) um favelado e os limites de sua alegria. E essas pessoas vão transando com os limites de sua existência e vão aprendendo e vão resistindo e vão realizando um saber corporal. É a água que não chega na casa, é o quarto que tá faltando em espaço, é o corpo que aprende em suas faltas. Eis aí uma forma de conhecimento direta.

Organizar o saber, planejar a luta

E com isso eu retorno à tua questão. Seria equívoco concluirmos que a luta popular prescinde de um conhecimento mais organizado. Outro equívoco seria reconhecermos a necessidade desse conhecimento mais organizado e, em seguida, permitirmos substituir a luta pelos pacotes de “saber-agir” organizados. Nesse segundo equívoco, estaríamos propondo pacotes e conteúdos prévios à luta e resistência popular. Ou seja, em termos de conhecer o que seja a luta e a transformação... estaríamos pondo a carroça na frente dos bois.

O conhecimento mais sistematizado é indispensável à luta popular e ele vai facilitar os programas de atuar que tu dizias; mas esse conhecimento deve percorrer os caminhos da prática. Esse percurso, ele é imediato, o conhecimento “se dá” à reflexão através dos corpos humanos que estão resistindo e lutando, estão (portanto) aprendendo e tendo esperança.

Vejo aí, Paulo, uma certa crítica. É uma criticidade que re-inventa e atualiza a capacidade crítica da reflexão humana. Uma criticidade que acontece dentro da história do pensamento. Esse ato intelectual enriquece a capacidade do intelectual em sua maneira de conhecer. Aqueles intelectuais não originários das camadas populares poderão enriquecer nesses momentos a sua capacidade de criticidade. Ou seja, ele faz a revisão de alguns procedimentos de conhecer criticamente a realidade. Faz isso na medida em que leva a sério a prática cognitiva de corpos humanos lutando e pelejando, resistindo e tendo esperança. Vejo aí, Paulo, essa revisão que o intelectual (na maioria das vezes originado nas classes médias) pode fazer em seu potencial reflexivo crítico: durante a dimensão reflexiva da luta popular ele aprende com os corpos que superam limitações. Que é que tu tens pensado sobre isso, Paulo?

Vejo nisso aí uma conquista. E vejo também um risco. Me explico: Considero uma conquista se nós intelectuais descobrimos meios pelos quais os grupos e movimentos populares saibam melhor aquilo que eles já estão sabendo. Descobrimos que é fundamental que haja uma forma de organização mediante a qual esses grupos e movimentos melhor "se armem" através da organização maior do saber que em seus corpos circula. Considero uma conquista esse trabalho metódico.

Há um risco, em seguida. Nós decidirmos por eles aqueles conteúdos que eles devem saber. Ocorre aí que nós impedimos suas (deles) práticas de conhecimento. Roubamos autonomia ao processo deles de saber e aprender. E recebemos conteúdos que serão colocados sobre os corpos deles. Quando isto ocorre estamos reproduzindo a dominação sobre eles. Estaremos impondo nosso método de conhecimento por cima da inteligência deles. E fazemos pacotes. Transposição de ideologias, fazemos.

Retomo aqui aquela "emenda" onde se juntam a revisão da prática teórica e a superação das práticas de SABER dos corpos que resistem e se defendem. Aqui se coloca o *campo da educação popular*.

E retomo aquela noção de *níveis* de educação popular.

Há lutas populares que são organizadas, são sindicais, são partidárias ou regionais. Há outras, também. Há lutas cotidianas, lutas diárias de buscar pela água, lutas que têm sua forma de ensinar e aprender a sobrevivência. E aí se coloca o *desafio* de como é que *minha inteligência de intelectual* se molha nessa luta. Como é que eu vou fazer meu trabalho intelectual engravidado dessa tradição de conhecimento?

Me lembro, Paulo, de certas coisas que tu disseste quando, há meses, nos reunimos com as lideranças de uma Favela.

Algo assim: em meio ao movimento, em meio às lutas, há momentos de propor uma parada. E paramos pra nos perguntar: vamos ver o que tem acontecido? É momento de, com eles, rever. E nós entramos junto, nós intelectuais iremos ver o que eles estão revendo. Todos juntos iremos ver melhor aquilo que eles já alcançaram ver. Te lembras disso, Paulo?

Certo, meu amigo. Nossa sensibilidade e nossa competência estão sendo requisitadas para que isso ocorra. Gosto de denominar a isso de paixão de conhecer.* Brota, então, aquele conhecimento organizado que não deixa de fora homens e mulheres que estão em atos de conhecimento. Esse saber organizado se compõe a partir de situações de reconhecimento.

* Me lembro de Madalena Freire Weffort: ela gesta essa carinhosa compreensão do conhecimento. O que vale dizer: conhecimento não é coisa só de cabeça; conhecimento é de corpo inteiro.

E a gente deve se exercitar nesse gosto de conhecimento apaixonado. Vejo isso como um exercício. Um gosto que a gente desenvolve. Não nascemos com isso - a gente se treina a vida toda nisso.

Paulo, quero aqui aproximar nossa conversa ao agente popular; quero aproximar essa prosa ao(à) leitor(a), provavelmente alguém familiarizado com o trabalho em Educação Popular.

Com esse(a) fulano(a) eu quero rever nosso "procedimento científico". A gente pensa, reflete. As coisas, os objetos e as situações passam através de nós; em seguida a gente faz caber isso tudo dentro de conceitos. É esse o nosso "jeito científico". Feita essa abstração, objetos e situações guardados no interior de conceitos, a gente olha e apura o *método* pelo qual esse jeito se faz. Temos, assim, certos métodos: método dialético, método etc.

Ora, o povo não procede assim. O povo procede diferente. Objetos, situações e acontecimento são oralmente assumidos por ele, assumidos como narrativa. Nossa tradição na cultura popular é mais oral do que escrita. As pessoas fazem narrações orais. E o que é narrado exige troca de olhares e gestos. O que é narrado não reúne nem guarda os objetos e as situações. A narrativa é um exercício da memória, atenta no presente, desafiando pessoas a se apoderarem do que é oralmente narrado. As pessoas desenvolvem à sua maneira uma posição diante do que é narrado.

Saber narrar é não apenas exercício de memória, mas é também estimular a tomada de posição. Penso que essa é uma das características da oralidade. Paulo, tu tens vivência de África também. É outro lugar onde a cultura é oral...

Sim, e reflito um tanto além disso aí. Estou contigo e continuo teu enfoque.

Nossa cultura popular é de tradição oral. Essa memória social se conhece a si mesma desde uma estrutura oral. Nós intelectuais formamo-nos dentro de uma ruptura com essa tradição; sobretudo o intelectual latino-americano: somos faladores, mais telefonamos do que escrevemos cartas e, no entanto, nos rodeamos de livros e textos. E essa nossa cultura de ênfase gráfica (livresca) é, muitas vezes, superposição sobre a oralidade dos grupos populares. Quando a gente, intelectuais, se soma à oralidade cultural do povo é importante não esquecer que há diferentes modalidades do conhecimento; são, também, diferentes usos da corporalidade. Eu tenho notado, tenho algumas vezes percebido que nos encontros ou seminários por Brasil afora há pessoas cuja expressão de entendimento é um "simples" toque de afeto, de reconhecimento. Ora, há aí um procedimento cognoscente. Muitas vezes não percebemos e não logramos nos somar a esses momentos de proceder epistemológico; é nesse momento que nós, intelectuais de formação acadêmica, corremos o risco de superposição. Nós impomos demais e entendemos de menos. Te dou um exemplo, Adriano...

Tu fazes uma pergunta a um intelectual popular, um desses sábios que a Cultura Popular refinou. Ele te responde contando duas histórias; na terceira ele arremata e diz o que ele entende como resposta à tua pergunta. Na trama que ele teceu e narrou há um fio da meada. O entendimento acerca de tua pergunta reside na maneira como esse intelectual popular estoriou a memória social dele em direção ao que tu propuseste.

Também trouxe um exemplo, Paulo, eu trouxe uma situação em que a Diretoria da Associação de Moradores da Favela Vila Nogueira se pronunciou sobre isso. Foi um momento em que eles elaboraram melhor uma postura (uma posição) sobre si mesmos. E é nesse assunto.

Eu perguntei a eles, num dado momento, numa de nossas reuniões: gente, *o que é que vocês percebem sobre o modo de conhecimento de vocês?* Aprofundi a pergunta: *falem a respeito de seu próprio jeito de conhecer a vida, conhecer a cidade.* Como seria esse jeito de vocês?

Veio um recado assim gravado:

“As pessoa se muda, migra. Vem pra Campinas. Sem saber, às vezes, que o único lugar é morar nas favela. As pessoas vêm, trazendo seu jeito de falar e suas veia de comunicação. Quando muda, acampa na favela, pode que a pessoa emudece desadaptada. Canhestra.

A fala dessas pessoa, é essa que a gente tem de repor; pra isso a Associação se educa pras reunião, se educa nos movimento. Essas pessoa se firma é no ouvir um mais antigo que elas, alguém que provou nas dificuldade aquilo que tá sabendo hoje. Esse um sabe onde remansa o saber dele”.

Veja, Paulo, como é que há atenção acerca da relação entre experiência e conhecimento. Uma construção do conhecimento. Estamos tratando de uma questão bastante importante, dá muito assunto pra conversas com o(a) nosso(a) leitor(a), possivelmente alguém intelectual comprometido com as lutas populares.

Os nossos *conceitos*, estamos falando deles; eles são mediadores. Eles fazem ponte entre a inteligência e a experiência vivida, eles iluminam conteúdos já pressentidos no interior da prática.

Ora... se o discurso do acadêmico soa alto e dominante *sobre* a fala popular, esse discurso congela-se em conceito, congela a inteligência, faz com que esta adormeça no

interior de frases feitas. Desaparece a ênfase na luta, entendida como curiosidade interrogadora e crítica da ordem. Permanecerão somente os pacotes de frases feitas.

Nesse momento, Paulo, eu te interrogo sobre uma questão que é bem próxima: pergunto acerca de nosso próprio trabalho. Minha questão é perguntar a Paulo Freire, um nordestino que não esfriou as raízes. Pergunto sobre esse nosso próprio “Manual”. Estamos elaborando, pela via oral primeiramente, um texto que se orienta a ser um “Manual”. Semelhante a um Cordel nordestino. Será manuseável. Será um texto que pretende intermediar alguns grupos e suas próprias práticas. Pergunto sobre essa pretensão: que é que tu pensas, Paulo? Como é que tu vês esse texto escrito sendo usado por uma cultura em que a oralidade é forte?

Vejo-o como um texto humilde, com seus limites. Não tem a pretensão de, ele texto, mudar o contexto daquelas pessoas que o lêem. Que é que esse texto poderá permitir? Nesse sentido, Adriano, vejo importante essa tua reflexão sobre nosso livro. Ele poderá se apresentar ao nosso(a) leitor(a) como algo que perpassa um momento em um processo maior. Portanto: esse texto se apresenta como trabalho não acabado. Ou seja, é um livro (ou texto) que pede que o(a) leitor(a) entre e faça parte dele. Ao mesmo tempo em que ele, texto, se apresenta ao(à) leitor(a) e diz: “olha, eu sou não acabado em mim mesmo”, ele diz também que é pretexto para que o(a) leitor(a) pense além dele. E aí o(a) leitor(a) vem e diz: “e o que é que você tá pensando, quando me afirma que é pretexto para que eu (leitor) o supere?” Vê, Adriano, como o(a) leitor(a) vai adentrando, vai indo mais.

O texto nosso, Adriano, estará manualmente bom quando o(a) leitor(a) se puser a indagar isso: e o que é superar, ir além do texto? Ou seja, esse(a) leitor(a) foi desafiado a

aprofundar-se na compreensão que cerca e abrange o conhecimento. O que nós queremos é que esse percurso de compreender permita, em sucessivas superações, um modo de conhecimento crítico e próximo ao trabalho popular. O manual deseja que melhores níveis de compreender *formulem melhor* conhecimento. O texto espera que o(a) leitor(a) se apaixone por uma melhor aproximação crítica da realidade. Esse(a) leitor(a) se apaixonará pelo prazer da leitura e dominará não apenas o código escrito de conhecimento de vida. Apaixonado pela leitura, esse(a) leitor(a) confronta o livro com sua própria experiência.

Estou me referindo agora à capacidade de um bom texto. Ele deve estimular a que o(a) leitor(a) “se oponha” a ele. E haverá uma gostosura desse(a) leitor(a) na medida em que se remete à sua própria vida para propor questões ao texto.

Nesse sentido, o(a) leitor(a) supera o texto. Assimila-o através de propor questões e, tendo assimilado, o(a) leitor(a) se volta à própria oralidade, se volta à sua própria maneira de acercamento da realidade. Nesse caso nosso manual terá sido intermediador de uma “nova” aproximação da realidade; não que o texto tenha descrito a realidade. Não. O texto se apresentou ao percurso das questões e das curiosidades que o(a) leitor(a) busca em sua prática.

O texto escrito reaproxima o leitor de sua própria vida

Penso, Paulo, partindo de algumas de tuas colocações... Me lembro dos manuais que vi nas mãos de pessoas: o cordel, o missal dominical; em algumas pessoas vi o manual Biotônico Fontoura; me lembro que as pessoas se referem ao Manual como se fosse um prolongamento do corpo, uma espécie de ponte entre a mão e as idéias. Creio que esse prolongamento do corpo avança nas (e pelas) práticas da vida em que o Manual é manuseado. Vejo ali, Paulo, o conhecimento passando pelas mãos. O manual propõe um pensamento seguinte: há relação entre o fazer do corpo e o conhecimento. O manual me lembra que há conhecimento corporal em atos e conhecimento em códigos (conceitos escritos, por exemplo). O aspecto descritivo do manual sistematiza essa relação.

Há diferentes formas entre esses dois tipos de conhecimento. Quero dizer, há diferentes maneiras de organizar o saber.

O corpo nos remete a conhecimentos que se organizam no interior das ações, das práticas de vida. O texto

(a escrita) nos remete aos conhecimentos organizados no interior de convenções, códigos ou conceitos.

Através de um Manual, através deste Manual de Educação Popular, os corpos e os conceitos se namoram, trocam mensagens. *Por exemplo:* o cotidiano das pessoas de grupos populares (é o exemplo de que falamos há pouco). Essas pessoas aprendem no dia-a-dia a necessidade de esperança, aprendem que é necessário mudar essa ordem das coisas. Nosso texto sobre Educação Popular pode ser facilitador, ele vai mediatizar essas formulações que as pessoas (em práticas sociais) fazem e farão. Em um grupo de pessoas, moradores de uma periferia de cidade, o cansaço e o desânimo podem se organizar em luta. Nesse caso, as pessoas usam o Manual como uma ponte entre o cansaço e o futuro mais humano.

É então que acontece a utilidade social de um texto escrito.

Através dele as pessoas reescrevem seu cansaço, reescrevem suas esperanças e formulam propostas coletivas. Propostas que melhoram o jeito de viver. Propostas que organizam ainda melhor a ciência de vida que essas pessoas trazem em suas práticas. Que te parece isso, Paulo?

Quero, Adriano, refletir isso contigo. Quero enfatizar aspectos que considero fundamentais. Tu comentavas sobre a mão. Comentavas a Mão e o Manual. Veja que a mão humana é tremendamente cultural. Ela é fazedora, ela é sensibilidade, ele é visibilidade; a mão faz proposta, a mão idealiza, a mão pensa e age. E eu faço ênfase nesses movimentos pelos quais o corpo humano vira corpo consciente. O corpo se transforma em corpo percebido. E ele descreve, ele anota que, em sua transformação, a vida social está mudando também. O corpo age e, durante suas atitudes, ele desaninha de si e de suas relações o conhecimento sobre a vida. Uma

das facilidades que a gente aprende aí é essa multiplicidade de códigos e linguagens. O corpo expressa suas descobertas, esse corpo se agrupa em um grupo e se expõe em movimentos sociais; nesse movimento há expressões de corpos e nossa contribuição intelectual pode se dar no terreno da organização do conhecimento. Creio que se trata de buscarmos aquela organicidade mencionada pelo Gramsci.

Estaremos contribuindo em mais espaços (da vida política), ao saber que os grupos populares já sabem. Construindo juntos, saberemos melhor.

Retomo algumas coisas... Me permite, Paulo, retomar e propor ao(à) leitor(a) um resumo.

Pensem os nossos conceitos. Nosso jeito de fazer ciência. Vou adentro do que tu dizias, e tento alinhar, dentro desse nosso caminho aqui, nossos procedimentos de ciência.

Penso, Paulo, que nossa cientificidade deve ter algumas características. Peço ao(à) leitor(a) que discuta comigo...

1) Nossa conceituação deve ser processual. Ela deve não ocultar o movimento pelo qual objetos e coisas são digeridos pelo nome, pelo conceito. Tu dizias isso no livro editado com o chileno Faundez: nossa reflexão não deve apenas responder; ela deve mostrar às perguntas. É uma pedagogia das perguntas, atenta à curiosidade. E re-fletindo os processos de conhecimento. Ou seja, o conceito mostra um pensamento sem esconder a curiosidade que precedeu ao pensamento.

2) Uma outra característica diz respeito à existência de mais de uma forma de organização do conhecimento. Ou seja, há mais de um caminho para captar, e formular o sa-

ber, proposto pelos objetos, proposto pelas coisas e pelas relações que se nos antepõem. Lembro de novo a oralidade e suas decorrências na organização do conhecimento.

3) A terceira característica de nossa produção reflexiva (voltada e atenta ao trabalho com os grupos populares) é aquela criativa facilidade lingüística. Com o uso da linguagem, vou conviver com o objeto (ou com o fenômeno); a linguagem não pode impedir que meu ato de abstração-reflexão se molhe na prática popular de luta. Portanto, penso que essa linguagem deve ser um traje de banho. Ela diz de meus compromissos com a luta popular. Há momentos de mergulhar e ver de dentro, há momentos de emergir e buscar o horizonte.

Tu chamaste a isso, uma vez te ouvi, dizias que temos um comando manso sobre a linguagem (sobretudo a escrita). Se não temos esse comando manso sobre a linguagem, há o risco de nos fazermos formais e impessoais. Ou seja, o uso da linguagem já é ato de conhecimento na medida em que ela favorece ou distancia nossos mergulhos dentro das práticas da luta popular. É o que tu chamas: nosso ato de conceituar é também ato e não apenas manuseio do código (oral ou escrito).

Conceituar é adentrar, é molhar-se.

Na favela, eles me deram uma historieta que me traduziu um pouco *sobre esse "produzir" conhecimento (em conceitos)*. Essa historieta falou a percepção deles:

"Aprender de vocês a gente aprende num é porque vocês tem estudo e tem diploma. Num é só por isso.

Aprender é movimentar a pessoa naquilo que ela *antes* pensou não saber, depois se encontrou no acontecimento e essa pessoa aprendeu a aprender.

Aprender de um outro fazer porque o outro tem estudo é quando essa pessoa ganha firmeza de confiança na raiz dela. Nós tem o importante, porque sem ter sido feito naquilo, o fulano é que tem numem que vai tocada no vento."

Bonita essa imagem, Adriano.

Agora: podemos aprender, com essas situações exprimidas, a não separação entre ato e saber. Aprendemos a não romper pensamento e ação, não estragar a teoria. Toda vez que há rompimento é um rompimento "ENTRE"; logo há perda desses dois componentes contraditórios. Tu perdes em praticidade, se tornando mais "papagaio falador" de teorias. Tu perdes em teoria, se tomando menos denso. Longe de nós, Adriano, interpretar demasiado os discursos desse grupo, mas tu podes levar a eles essas impressões: penso nessa afirmação sobre "raiz". É uma fundamentação acerca da identidade deles. Metaforicamente ele se refere também ao "si mesmo" que se oraliza e que se contrapõe ao letrado e estudado. Noto com ele essa afirmação de estar sendo oral.

E é dentro dessa caracterização que eles compreendem o "estar sendo" do outro; eles situam o saber estudado que reconhecem. Isto é, eles circunstanciam o conhecimento letrado. E esse "situar" é uma proposta de interação. Podemos a ela corresponder entendendo o que há de postura de classe nisso aí.

Diz lá a eles essas impressões que me ocorrem. Diz como foi que eu "li" a fala oral deles.

E quero aprofundar um tanto, quando entendo aí uma proposta de aprendermos a interagir. É preciso termos em mente que os grupos populares são perfeitamente capazes de apreender a significação do discurso teórico. E isso é

apreendido em outra linguagem, com outra vestimenta; o que eles não vão entender é a linguagem difícil e complexa. Depois, Adriano, retomamos aqui. Depois tu me contas que é que eles reagiram lá na favela...

O conhecimento gerado na reflexão da favela e o conhecimento gerado nessa nossa reflexão

Eu disse a eles, Paulo, essas nossas formulações. Disse nos seguintes termos: qual é, na percepção de vocês, o aprendizado de nós intelectuais? Como eles nos vêem (ao intelectual) aprendendo?

Ao deter-se sobre isso é que o grupo popular faz uma espécie de salto: entre os momentos que passam e a reflexão que permanentiza. Paulo, eles propuseram uma reflexão assim:

“Eu vejo se as pessoas estão se acompanhando, fico olhando que nem coruja no toco, os técnico conversa com as pessoas, eles fala de problema que é da vida da favela. Quando é na próxima reunião eu olho de novo se a conversa começa naquilo que foi falado antes, então uma reunião emenda com a outra. Aí é que eu vejo se esses técnico estão entendendo a vida da favela ou se eles tão só desfilando problemas. Porque a gente tem diferença na linguagem e é nas solução que eu vejo se tá sendo traduzido uma pras outras.”

Retomo, Adriano, minha observação sobre a compreensão e o aprendizado nosso. Podemos nos sensibilizar a essa concepção de processo que eles enunciam. Nessa concepção deles os conteúdos surgem vestidos de problemas, e uma metodologia muito próxima, muito coerente. E bastante concreta.

O técnico, o intelectual que se aproxima deles e leva uma lista de problemas ou críticas e faz discursos em cada contato é um técnico que abstratamente se aproximou. E se torna como o jornal da TV: ele apenas emite, apenas informa sem interagir e sem politizar. Portanto, é um intelectual que não sabe aprender.

É o que eles dizem bonitamente. Reivindicando uma concreta interação entre duas formas de SABER.

Nas duas situações, Adriano, tu tomas esses textos produzidos coletivamente lá pela favela e discute com eles. Discute com eles essas nossas observações sobre o texto deles. E tu vais aí “retomar” o contexto em que esses textos foram gestados. Com sensibilidade irás reescrevendo os textos e irás *sublinhando* a relação de conhecimento que há entre textos e contextos. Eles próprios convidam você a buscar “nas soluções” uma interação que tá havendo entre formas diferentes de aprender a realidade.

Esse procedimento faz com que a prática se dê a uma reflexão e crítica. As pessoas então aprendem a aprender, como eles disseram, as pessoas apreendem a prática como uma curiosidade dos corpos. É o que dizia: corpo percebido...

Quando a prática é tomada como curiosidade, então essa prática vai despertar horizontes de possibilidade. As pessoas então fazem de seus discursos um panorama do

que é possível fazer. Não se limitam apenas àquilo que deve ser feito. As pessoas descobrem com a prática as suas possibilidades. Mesmo dentro dos limites analisados, as pessoas organizam esforços para viabilizar o que está sendo difícil de ser feito. Penso que esse processo amadurece politicamente os intelectuais e os grupos populares. Penso que nesse processo as pessoas não se limitam a discutir sobre conteúdos, mas as pessoas discutem sobre as dimensões e os momentos da prática.

Se tu, intelectual, discutes bem nesse processo, então tomas nas mãos o conteúdo que esteve vestido pelas dificuldades. Despes o conteúdo através do discutir possibilidades e superar dificuldades.

As pessoas que, em grupo, procedem nesses rumos estão compondo sua (delas) compreensão coletiva sobre as dificuldades e sobre as soluções. Sobre isso chamo a atenção de nosso(a) leitor(a)! Que lhe parece isso?

O educador popular (ou o intelectual de classe média comprometido com lutas populares) faz menos discursos puramente orais; o que esse(a) fulano(a) faz é “inteirarse” em expressões coletivas da prática educativa que vai transformando a vida. Os conteúdos que esse educador vai manuseando são significativos, então. Vai-se compondo aí um programa de estórias e conteúdos da luta popular. Vai-se compondo um programa de ações, conforme tua pergunta antes...

Voltamos, Paulo, à nossa questão de um programa de ações e lutas organizadas. “Fechamos” essa questão através do discutir a emergência de conteúdos da prática de viver.

E um último ponto, sobre isso ainda. É um ponto que “me grila” a atenção e gostaria de ouvir Paulo Freire...

Estou comentando acerca daquela "ingenuidade" popular. Coloco entre aspas e discuto contigo. Essa "ingenuidade" em certas atitudes populares me parece estar relacionada com as necessidades da vida: as pessoas gostam de novela e do Sílvia Santos, as pessoas vão às romarias e votam em candidato demagogo. Essas ações "ingênuas" ocorrem. Elas respondem a necessidades populares que eu, educador intelectual, não entendo e critico. Vejo um perigo aí. Conforme seja o meu tipo de crítica, eu estarei supondo que as camadas populares são "ingênuas" e são prisioneiras de armadilhas que eu percebo mas eles não percebem. Ou seja, eu percebo no povo apenas o efeito de meu olhar crítico e não percebo no povo possíveis reações críticas escondidas no humor, escondidas no uso que o povo faz de suas "ingênuas" práticas.

Essa criticidade estou discutindo. Ela não oferece pontos de trocar mensagens sociais. Eu, intelectual ou agente educador, começo a supor que minhas práticas sociais estão imunes (e vacinadas) das "ingenuidades" próprias à cultura popular. Há um perigo nessa crítica, eu penso.

É o perigo do desentendimento cultural. Eu estarei desentendido acerca das estratégias de resistência que são possíveis nos grupos populares.

Eu estarei mais longe e menos aberto às esperanças e objetivos produzidos dentro da experiência da vida popular. Há o risco, Paulo, de confundir posição crítica com distanciamento sócio-cultural. Quando em nosso bate-papo vimos isso, estivemos atentos à curiosidade humana que se baseia em prazeres e em carências; estaremos ou não abertos a entender a crítica possível para essas "ingenuidades". Pois que os prazeres e as carências são aninhadas dentro das necessidades e elas são maiores e melhores do que as promessas da TV ou as espertezas do político demagogo. Criticar a tele-

visão, criticar o voto na política demagógica deve ser acompanhado do compromisso de compreender as necessidades que são dessa forma solucionadas.

É por aí que eu consigo entender a utopia. Entender o sonho possível. Utopia fornece energia àquelas pessoas ou grupos que buscam transformar velhas repúblicas em cidades novamente reconhecidas. Ocorre que muitas vezes as Utopias populares aparentam ser "ingênuas" aos olhos do intelectual. É importante a crítica, o olhar crítico. Que pensas disso, Paulo?

Vendo e revendo a prática de lutas e conquistas cotidianas, os educadores intelectuais e os grupos populares irão tomando com as mãos os elementos de crítica para essas "ingenuidades". Ambas as partes se criticam através desse ver e rever. E é por aí que a Utopia se aproxima, a Utopia toma corpo de menos distância e melhor desejo. Ela nos ajuda a todos a compreender o mundo como coisa inacabada; sabes disso, Adriano, ao não rechaçar de todo à aparente ingenuidade.

Pois... antes de ser boa política, a ação organizada é sonho coletivizado. Antes de uma empreitada ser programa e estratégia é sonho. Quase eu diria... uma dose de anarquia precede e acompanha a organização revolucionária. Tu dissesse bem, acerca das Utopias: elas permitem aquela certeza de que há um espaço muito grande entre o ontem e o amanhã. Nosso desafio é organizar o procedimento utópico sem sufocar a capacidade utópica. A história de nossa cidade é compreendida não apenas como deve ser, mas é uma história compreendida também como possibilidades dentro do mundo não acabado. Tenho dito, acerca disso, que a razão de ser da vida está se dando. E não está dada, nem terminada.

Finalizo este ponto e este tema, Adriano. Haverá momentos em que fulano e siclano, moradores da periferia ou

membros da favela, eles “acordam” dizendo-se: “pra que meu sonho seja não apenas Utopia, eu preciso agir”. Isto é... Adriano... se o sonho se aproxima dos sonhadores é porque eles se organizaram, eles agiram com o sonho na MÃO.

Eu estou propondo que o trabalho e a organização diminuam a distância entre o sonho e a concretez do sonho. O sonhador se junta a outro sonhador e eles encurtam a distância entre sonho e a vida sonhada. Pra isso mesmo é que nós inventamos a Educação Popular a cada dia.

Conversando com um outro tipo de leitor(a): o(a) profissional educador(a)

Paulo, te convido, agora, a conversarmos com uma outra qualidade de pessoa; te convido a que conversemos com a professora, ou professor. Aquela pessoa que se dedica ao assim chamado “ensino dentro da escola formal.” Penso, Paulo, naquele profissional que dá aulas, 20, 30 ou 40 horas/aula por semana, na rede de ensino seja municipal ou seja do estado. Aquela pessoa da área de estudos sociais, da área físico-matemática, ou da área da linguagem que se depara com grupos de muitos alunos e também se depara com a questão de um programa a ser desenvolvido. Convido-te, Paulo, para conversarmos com esse(a) profissional. Faça algumas questões...

Certo, conversemos com essa pessoa. E... olha, Adriano, são muitas essas pessoas hoje no Brasil. Eu diria assim... *são aqueles(as) educadores(as) que se fazem a seguinte pergunta: “que posso fazer eu para que seja tomado a sério o interesse das crianças populares?”* Ou então se perguntam assim: “em minha atividade profissional, que é que tem acontecido com os interesses e as características peculiares à Cultura Popular?”

Há um grande número de pessoas com esse questionamento. E entremos, Adriano, juntos, como tem sido essa nossa parceria reflexiva... entremos construindo um corpo de considerações que poderia se chamar “conversa com o(a) professor(a) da rede de ensino”. Conto com essa valiosa capacidade de questionamento desse(a) profissional.

Retomemos alguns pontos, Adriano, para introdução de nossa prosa. Retomemos alguns pontos já comentados...

Quando esse(a) profissional, esse(a) educador(a) que percebeu uma pergunta questionante “que posso fazer eu, para trabalhar melhor ainda os interesses e as peculiaridades dessas crianças originadas na vida das periferias?”... POIS BEM: *quando foi percebida essa pergunta há uma outra pergunta*. Estou sugerindo uma pergunta paralela que reforce a primeira. E essa é a pergunta paralela: “por que me faço eu essa pergunta-questionante?” Vejamos o que ocorre aí...

O que está acontecendo *aí é o seguinte*: esse(a) professor(a) está se acostumando a querer bem essas crianças filhas da periferia. Está ocorrendo aí uma certa desconfiança sobre o estudo e sobre a escola.

E essa desconfiança afirma que *ESSE* tipo de estudo que é o mais comum, *ESSA* forma de escolaridade que ocorre todos os dias, *não bastam*. Não são suficientes para levar a sério os interesses e as peculiaridades culturais das crianças filhas da vida nas periferias. Esse(a) profissional, Adriano, por amor e respeito descobre que tais crianças são desamadas e desrespeitadas por um tipo de estudo e por uma forma de escola; é aquela escola em que a organização do tempo e a planificação dos temas atuam contra os interesses e as características dessa Cultura a que denominamos Popular.

Vê, Adriano, que este(a) professor(a) se fez a pergunta: por que eu faço tais descobertas? Essa questão é que incorpora a segunda pergunta: que posso fazer em pró dessas crianças filhas das periferias?

Há um caminho aí, Paulo. Vejo um caminho começando aí. Que é que tu achas? Esse(a) professor(a) está se dando conta de que *além de ser um(a) profissional da educação, ele(a) é um(a) cidadão(ã) da vida política*.

Ou seja, esse(a) profissional é ativo(a) na vida política na medida em que ele(a) se dá conta de uma coisa enorme: entre os professores e os alunos existe não apenas temas e programas. Existem os símbolos, os códigos e os movimentos da vida política. Entre os professores e alunos circulam os poderes e as influências que a vida em cidade forma e informa.

Vejo, Paulo, que a pergunta-questionante do(a) professor(a) ampliou nossa visão; vemos, agora, não apenas os currículos e os programas que parecem ser a totalidade da vida escolar. Na relação entre professor-aluno podemos nos aperceber de conotações que envolvem os programas e os conteúdos; essas conotações são as influências da vida na cidade e *são diferentes para o professor e para o aluno*. São conotações diferentes entre os alunos das periferias e os alunos da classe média. Ora... é aí que inicia a compreensão da política. Ela é esse conjunto de normas “invisíveis” que estão presentes no relacionamento entre pessoas diferentes. Não dá mais pra dizer, simplesmente: todos são iguais porque a escola é igual pra todos.

Pois bem, Adriano, essa pessoa que primeiro se perguntava “que posso eu fazer pelos meus alunos?” e que antes reflete “por que me faço esse questionamento?”, pois

bem... essa pessoa vai se clareando em si mesma. Vai ficando clara a natureza política dessa pergunta-questionamento. Vai ficando clara a natureza política dessa profissão. Pois esse(a) professor(a) atua dentro de formas culturais diferentes. Ele(a) trabalha dentro de características e interesses culturais que não são iguais. Às vezes, no mesmo grupo de crianças, 20 são de periferia, 10 se originam de favela e 10 poderiam ser de classe média. Pois bem... esse(a) profissional está lidando com diferentes concepções de vida e ele(a) trabalha com conteúdos e padrões de conhecimentos que não serão apreendidos de forma igual entre seus alunos.

Esse(a) professor(a) está fazendo política. Não no sentido partidário. Esse(a) profissional vai se clareando: *a sua própria opção*. Ou seja, vai ficando claro que aí estão em jogo (dentro da classe) diferentes experiências de vida cultural. E não há por que declararmos que uma seja superior à outra (embora em nossas classes de periferia a criança originada na família de tradição “caipira” seja intimidada no seu sotaque, intimidada nas suas referências culturais etc.).

Vê, Adriano, aonde estamos chegando. Vê o que vamos descobrindo...

Esse(a) profissional da educação já está descobrindo um primeiro engano que é bastante difundido: nenhum(a) professor(a) está a serviço da humanidade. Cada profissional está trabalhando a serviço de toninho, de Suzete, de Mariazinha e de Wellington: ou seja, o(a) professor(a) está a serviço de crianças. E esse serviço tem sua dimensão política na medida em que é um serviço que *ajuda ou inibe* a relação cognitiva entre expressões culturais (de crianças) e aprendizado de programas e conteúdo. Ou seja, o trabalho pedagógico pode ajudar ou inibir a interpenetração entre os padrões culturais da criança e os conteúdos da disciplina.

O que é que houve aí? Com essas perguntas, esses questionamentos: que ocorreu?

Descobrimos o óbvio, né. Descobrimos mais direcionamentos dentro do que parecia ser “mão única”.

Descobrimos que existe o seguinte: o espaço da instituição se tornou não apenas formal de escolaridade; o espaço da escola é re-descoberto *como sendo lugar de opções, é então um espaço preenchido por opções políticas*.

É então que o olhar do(a) profissional se amplia, enxerga as influências e as conotações da vida. Ele ou ela enxergam que essas influências interferem na relação com as crianças e condicionam o aprendizado.

Gostaria, então, Adriano, de comentar o prosseguimento desse caminho (como tu disseste).

Ao fazer essa opção, ao se dar conta dessa opção pelas crianças das favelas, dos cortiços e das periferias isso não quer dizer que o(a) professor(a) declara guerra às crianças bem nutridas e bem vestidas. Não é isso! Fazer essa opção ao problema cultural das crianças marginalizadas não significa desprezar as crianças de classe média.

Essa opção se definiu no interior dos olhares desse(a) professor(a). E vai ocorrendo uma criatividade direcionada, vai acontecendo uma série de procedimentos de melhor aproximação com o jeito de ser da cultura popular.

Em seguida, essa professora enriquece sua visão acerca da escola. O que vale dizer que a escola deixa de ser apenas a burocracia a ser temida; a escola deixa de ser o lugar onde um profissional acumula os anos e se aposenta. Não, isso tudo se modifica. Sendo a escola um espaço de opções e de definições nas orientações, *ENTÃO* é preciso ser competente. Percebes, Adriano... eu também tenho percebido que pessoas assim “opcionadas” são pessoas que estão curiosas, estão inquietas e buscam trabalhar com uma “opcionada”

competência. E isso é necessário. Pois para preencher o espaço da escola e orientá-lo aos problemas trazidos pela Cultura Popular é preciso ser competente. Não basta apenas o afeto pelas crianças populares. Carece afeto.

Eu entendo - que é que você acha disso? - que essa opção pode transformar lentamente o espaço da instituição. Mas é preciso competência. Ela é fundamental. Fica mais fácil pôr em prática essa opção e não apenas ter um discurso revolucionário. Pois a competência vem acompanhada desse "estar molhado pela prática".

Há um sentimento aí, há uma característica que brota aí, Adriano, dentro da vida e da profissão desse(a) nosso(a) amigo(a) professor(a). Refiro-me a uma certa valentia. Lembro-me de exemplos assim... eu já me deparei com profissionais assim. Gente que "se forma" na prática de sua opção, e essa "formação" traz uma certa competência e essa competência alimenta a valentia (ou é coragem...?) de seguir teimando.

Eu me lembro de depoimentos de pessoas assim "opcionadas": são profissionais que propõem mudanças e propõem a satisfação do trabalho crítico; são pessoas que semeiam novas direções e semeiam um certo contentamento com esse trabalho de mais qualidade no trato pedagógico com as crianças, com os temas e programas.

Outra característica, que já apareceu aí mencionada, é aquela de fazer sempre um trabalho socializado. Ou seja, além da valentia de ser competente, há uma solidariedade junto aos parceiros e parceiras de trabalho. Trata-se da luta por melhores salários, luta por melhor condição e hora de ensino, luta por melhor material pedagógico.

Penso, Adriano, que é preciso solidariedade horizontal nesses gestos coletivos. Essas características são com-

panheiras daquela opção "primeira" de escuta e de trabalho junto ao conhecimento peculiar de crianças populares. São características e são condições para um bom trabalho.

E eu quero ressaltar, sem maiores análises porque não é esse o momento oportuno, a experiência carioca levada a termo pelo Darcy Ribeiro; penso que foi uma louvável tentativa. E trato de superar a um certo sectarismo que diz assim: "se foi construído na gestão do partido PDT, então a priori eu digo que não presta". É preciso superarmos essas coisas.

Retomo, Paulo, a valentia que tu dizias. E encaminho...

Ela se faz necessária em mais de um momento. Penso naqueles impasses pedagógicos que devem acontecer. Por exemplo: há crianças que, mesmo sendo filhas de família das periferias da cidade, são crianças cuja preferência são burguesas. Há crianças cuja preferência é autoritária. Há crianças que "se acostumaram" a render mais quando pressionadas de cima pra baixo.

Ou, então, há crianças que têm sido educadas para menosprezar seus interesses e suas características de classe popular. Aí, Paulo, é exigido do(a) professor(a) uma paciência e uma teimosia muito grandes. Há momentos em que o caminho autoritário parece que dá melhor resultado e em curto prazo. Que te parece, Paulo, essa teimosia pedagógica?

Existe aí um trabalho, desse(a) professor(a), no sentido de remar contra a correnteza.

Eu diria, Adriano, que essa competência e essa valentia é composta de *uma sadia insanidade*. Não pode ser apenas séria e sã porque tem um tipo de coragem que rompe as estruturas: é a coragem insana. Não se trata apenas de insanidade porque aí haveria uma "porra-louquice" que nada constrói. Então é que eu denomino a isso de "um composto

de sadia insanidade.” E descubro um terceiro elemento nesse composto que é o contentamento a que nos referimos há pouco. Faz um gosto enorme curtir e repartir esse contentamento. Há um gosto inesquecível ao nos darmos conta de que somos melhores do que a sensata rotina institucional.

E é com essa energia que vejo como enfrentamos a um certo cinismo que toma conta, às vezes, das pessoas. O cínico não luta, apenas corrói. O cínico não propõe, apenas critica. O cinismo não move.

Quero também mencionar uma característica dupla no trabalho do(a) profissional no interior da instituição escolar. É um trabalho sério, é trabalho competente; é também um trabalho contente, pois se conduz por caminhos de satisfação.

É certo que um(a) professor(a) faz opção pelos menos nutridos, pelas crianças desamadas na escola burguesa. Mas o trabalho educativo não vai mergulhar nas razões da tristeza, não vai se aprofundar nos porquês da carência e da exclusão sofridas. Isso não é o suficiente. Penso que o melhor caminho passa pela invenção da alegria. Aquela satisfação que surge de um trabalho que desintimida. Aquele contentamento que brota do desabafo cultural é um contentamento pedagógico porque ele desentorpece.

Vejo aí uma característica que eu chamaria DUPLA: a convivência entre o rigor do trabalho com a satisfação das atividades. Essa pessoa descobriu que trabalhar com a pobreza não é santificar os pobres; trabalhar opcionado pelos marginalizados não é baratear aos métodos de trabalho, nem é menosprezar a inteligência humana porque está molhada de pobreza e carências. Tu pensas por aí... Adriano velho?

Todo esse movimento, Paulo, eu o vejo como um sinal. Vejo que é um movimento que desperta. Eu chamo nossa atenção para sublinhar (de novo) aquele aspecto solidário dessa opção.

Trata-se de conviver com os parceiros e parceiras de trabalho. Trata-se daqueles momentos de incomodar (com muito tato) e ao mesmo tempo contribuir (comentando os porquês da satisfação pedagógica).

Há uma solidariedade enorme aí. Sôlidariedade contadeira acerca do que faz e do que já não faz mais. A pessoa comenta e partilha. Comenta porque já não assume certas práticas. Comenta COMO construiu novas práticas de ensino.

Surge aí algo que merece ser contado e cantado. Surge um processo de trabalhar o conhecimento *partindo* da pobreza e da carência *sem se limitar* à pobreza e à carência. É um processo de conhecimento em que o ser humano é assumido em seu poder de superar ou romper a limitação, a pobreza e a carência. E, veja você, é um rompimento coletivo. Não se trata daquela superação individual do “self made man”. Não se trata daquela superação individual que propõe um Pelé diante de milhões de não-Pelés anônimos, pobres e excluídos. É uma superação solidária.

Nossa postura crítica e a instituição onde atuamos

Nossa profissão nos coloca, quase sempre, dentro de alguma instituição; ou, então, nos relaciona com outros profissionais com quem nosso trabalho se desenvolve por canais institucionais. Pensemos um pouco sobre essa presença em nossa atuação. A INSTITUIÇÃO. Muitas vezes, dizemos entre nós, nossos conhecimentos da faculdade serão “completados” pela atuação na instituição que nos abrigou; dizemos também que esses conhecimentos serão “postos em prática” pelo trabalho feito a partir da instituição que nos contrata os serviços. Uma breve discussão com o(a) leitor(a) sobre isso...

É comum, nas instituições, encontrarmos normas, pautas ou regras para o desempenho. Portanto: o profissional tem um certo comprometimento com elas; sua forma de interpretação da realidade estará pautada por normas e regras. *Perguntamos o seguinte:* quem elaborou as normas? E as pautas? A quem estas servem? Privilegiam o quê? Mais que isso... vamos situar essas perguntas. São perguntas que surgem em algumas cabeças e acontecem em momentos estratégicos.

Em geral, uma instituição está ligada a um objetivo (uma intenção) que foi idealizado por uma pessoa ou um grupo de pessoas. Com o decorrer do tempo, com o desdobrar da atuação institucional, ela desenvolve regras administrativas que buscam assegurar a permanência da intenção, do objetivo. Com o decorrer do tempo as regras tendem a permanecer entre as pessoas. As normas pautam atitudes e condicionam os relacionamentos humanos. Surgem pessoas especialistas na administração de regras e pautas. Poderá haver um fortalecimento do “espírito de equipe”: tanto mais antiga é uma instituição, mais memória há em seu regramento, mais forte pode ser o seu espírito de “bureau” administrativo. *Retomamos as perguntas:* quem elaborou as normas e pautas da instituição?, a quem estas servem?, quem tem poderes para interpretação da norma ou do regulamento? Essas perguntas podem ser melhor formuladas pelo(a) nosso(a) amigo(a) leitor(a), baseando-se ele(a) na sua vivência institucional...

Chamamos a atenção para uma curiosidade.

Essas perguntas, se elas permanecem não-dormidas, elas contribuem para não rotinizar a inteligência que se profissionaliza dentro da instituição. Essas perguntas, se elas têm como parceiros os clientes (os usuários) da instituição, serão perguntas dirigidas à eficiência do trabalho institucional. Tomamos, pois, como ponto de referência, aqueles para quem a instituição foi inventada: os clientes (ou usuários). Com eles refletiremos as curiosidades que desadormecem a rotina.

A partir desse ponto de referência, o profissional descobre que sua capacidade de entendimento da realidade é mais ampla do que os horizontes da instituição. Os profissionais, enraizados nos desafios do presente e aparceirados com os usuários, darão corpo e darão forma concreta às atuações institucionais prioritárias. Nesse sentido, o profissional “des-

congela” a possíveis rotinas. É claro que esse(a) profissional sente contentamento, sente alguma incerteza, sente até um pouco de temor quando trabalha dentro (e às vezes contra) grandes instituições.

Vejo que é por aí que ocorre uma certa *insatisfação produtiva* por parte de profissionais. Ou seja, ele se percebe mais ágil e mais crítico do que a instituição; ele se alia a fontes que re-alimentam e re-energizam as prioridades da atuação instituição. MAS NEM POR ISSO ele (profissional) se neurotiza em uma insatisfação rotineira de cumprir normas e pautas. Pelo contrário, o(a) profissional crítico vai incomodar bastante a normalidade das burocracias rotineiras. Mais ainda, o(a) profissional vai discutindo os alcances da instituição na medida em que compreende os limites de atuação profissional institucionalizada. Aparceirado com os “atendidos” pela instituição, esse(a) profissional ouve perguntas e enxerga questões mais amplas e mais concretamente direcionadas do que os programas em que atua. Diríamos assim: sem se neurotizar individualmente, é um(a) profissional não sossegado(a) quanto aos alcances de seu trabalho.

Diríamos, nesse rumo ainda: a competência profissional não se define, portanto, apenas pelo perfeito cumprimento de regras e rotinas. A competência e a qualidade do trabalho sofrem dois tipos de influência: *por um lado*, sofrem a influência dos alcances institucionais que condicionam e viabilizam o trabalho mesmo; *por outro lado*, sofrem a influência por terem ouvidos e olhos atentos a reivindicações da clientela atendida. Como já comentamos antes, há opções que vão sendo feitas.

Insistimos em uma questão: não se trata de neurotizar individualmente o(a) profissional. Não se trata de ele(e-la) viver eternamente dividido entre o AGIR aprisionado (pelas regras e normas...) e o PENSAR desvencilhado (pelos

olhos e ouvidos e criticamente postos na realidade). Ou seja, não queremos propor aqui uma divisão nunca resolvida entre AGIR e PENSAR, postos cada um em uma direção. Convidamos o(a) leitor(a) que vive sua experiência institucional para que estreite suas alianças com os parceiros imediatos de seu trabalho e, com esse ponto de partida, redimensione com tato os alcances da instituição sempre que for necessário.

Convidamos, ainda, o(a) amigo(a) leitor(a) para que em seu trabalho, muitas vezes trabalho institucional, compreenda a realidade como um conjunto de fatores e elementos que “se oferecem” à reflexão e à pergunta do profissional. E esse “oferecer-se” acontece sempre na forma plural da interpretação multidisciplinar. O QUE SIGNIFICA que a interpretação da realidade não “cabe” apenas dentro dos programas ou dos recursos da instituição; interpretar a realidade é um ato coletivo em que as perguntas, multidisciplinares, se complementam e se articulam através de planos de atuação.

É um convite, enfim, à curiosidade profissional do(a) leitor(a) que está engajado(a) e empenhado(a) em trabalhos pró transformação social.

Educação popular: pequena parte de uma grande história

Houve um tempo em que o trabalho educativo com os grupos populares inventou alguns conceitos, como, por exemplo: *educação bancária*. Houve trabalhos que necessitavam desse conceito. Ele “antecipava”, num certo sentido, os escritos de L. Althusser. Havia nesses trabalhos uma crítica contra a função domesticadora da educação; havia críticas que encorpavam a resistência da cultura popular contra a educação institucional.

As pessoas que se apaixonavam pelo trabalho da educação junto a grupos populares perceberam que havia muita e muita e muita gente excluída. O nome que se usava dar a isso era: evasão escolar. Era o nome para as pessoas excluídas da escola.

Partia da escola, esse nome: dizia uma porção de carências para as pessoas que estavam excluídas da escola (do estado ou particular). A própria escola (que expulsava) arranjava os nomes para batizar os expulsos: menor carente. Ou, então: criança problema.

As pessoas apaixonadas pelo trabalho educativo junto aos grupos populares viram que se os nomes partissem *não da escola*, mas do dia-a-dia de luta desses grupos populares, *ENTÃO os nomes seriam diferentes*. Em lugar de concluir apenas que havia *evasão escolar*, essas pessoas excluídas tinham gestos de *resistência cultural*. Gestos tímidos, às vezes. Gestos sufocados, outras vezes. Mas o trabalho de educação com esses grupos permitiu que a crítica fosse feita contra o sufoco e contra a timidez cultural das pessoas excluídas. Houve, então, crítica contra um tipo de escola (particular ou do estado). Essa escola que excluía ou xingava de carente e assim condenava muitos e muitos ao analfabetismo, ela era uma escola contrária aos gestos dos excluídos e dos evadidos.

A princípio, Adriano, algumas pessoas trabalhavam dentro de escolas ou dentro de programas de instituições (do estado ou de igrejas). Pensavam usar do espaço da escola. Houve, por exemplo, o movimento de Cultura Popular, no qual se buscava uma reviravolta da atuação e cultura populares. Buscava-se reverter a educação.

Pensem nisso: havia-se entendido a algumas práticas desdomesticadoras. Era o entendimento acerca de uma nova forma de fazer escola; não haveria excluídos, não haveria tanta evasão e não haveria educandos que fossem sufocados ou intimidados. Poderíamos tomar, para esclarecimento, alguns trechos da Pedagogia do Oprimido. Buscava-se criar formas de educação que não fossem domesticadoras da Cultura Popular. Tentava-se *reinventar a escola*: não haveria alunos silenciados, nem haveria gestos sufocados, nem haveria pessoas excluídas. Em resumo, não haveria pessoas analfabetizadas pela evasão escolar.

Educação não seria bancária. Quer dizer, não haveria depósito de conhecimentos dentro da inteligência silenciada de educando. Ninguém seria considerado apenas carente,

mas haveria um tipo de estudo que pedisse aos professores e alunos a participação e a criatividade. Educação não seria acúmulo de conhecimentos.

Essa tentativa queria inovar o poder da escola burguesa, queria inovar os caminhos de acesso ao conhecimento da ciência e da técnica.

Dava-se o nome “educação de adultos”. Houve quem dissesse: “educação informal”. Eram pessoas cujo trabalho educativo começava dentro da cultura popular e buscava inovar os caminhos de acesso ao conhecimento das ciências e técnicas não populares. Esse caminho de inovação buscava transformar a escola.

Havia outro conceito que é bom lembrar: *ação cultural*. Isso quer dizer que a cultura era entendida *também* dentro de movimentos e relações sociais dos homens. Na verdade, foi uma ampliação: cultura não seria entendida *apenas* como aquilo que está condenado dentro de livros e dentro de museus. Cultura seria, também, os gestos das pessoas se esforçando nos grupos e no trabalho. Cultura seria o que dá sentido nas relações humanas. E esse conceito foi necessário. Ele ajudou a inovar os caminhos de acesso ao conhecimento. Ajudou o trabalho educativo ganhar mais espaço. E era disso que se tratava: substituir o velho esquema educação-evasão-exclusão; isso supunha inovarmos o jeito de entender a cultura, mudar o jeito de compreender a realidade. Supunha também mudanças no espaço da escola que o estado tradicionalmente oferecia. O Carlos R. Brandão, pra citar um estudioso desse assunto, tem escrito sobre esse avanço.

Esse conjunto de pensamentos e atitudes foi o berço da educação popular. Ela nasceu nesse movimento de conquistar e inovar os espaços. Aquilo que se chamava “educação de adultos” foi sendo melhorado por alguns grupos que

pelejavam e conquistavam uma “legítima” educação que não descuidasse da cultura popular. E a Educação Popular nascia não apenas da cultura de livros ou de museus; ela nascia da cultura que os movimentos populares usam e criam em suas lutas.

Esses grupos tinham seus movimentos, eles tinham suas pelejas e faziam suas experiências em educação. Aí é preciso não esquecer uma coisa: educação popular e mudança social andam juntas. Essa educação renovada transforma não apenas os métodos de educar. Transforma as pessoas que são educadas em uma sociedade em transformação.

Ela transforma também a participação das pessoas “educadas”. Essas pessoas se consideram em atos de conhecimento em todo lugar onde estão: na rua, na fábrica, no passeio e nas igrejas. Ora... é uma visão ativa e criativa do conhecimento.

Supera a tradicional visão segundo a qual “alguns” sabem e os demais aprendem. O importante é participar criativamente em atos de conhecimento. Não se compreende, então, Educação como um banco de dados, mas sim como uma série de envolvimento.

Vê, é uma noção que (ao mesmo tempo) educa e politiza as pessoas.

Aqueles grupos se educavam na medida em que participavam mais e melhor na vida da sociedade; eles participavam melhor buscando o acesso à ciência e à técnica das fábricas, das leis e da produção intelectual.

A Educação Popular buscava compreender *bem juntos*: o mundo do trabalho e o mundo dos pensamentos escritos. Ela trazia inovações, nesse sentido também; é aquilo que comumente denominamos “aproximação entre teoria e prática”.

A isso se chamou de “educação conscientizadora”.

Era sabido que consciência tem íntima relação com gestos coletivos dos grupos e movimentos populares.

Sobre esse tempo, sobre esse período, há bons trabalhos, como já comentamos: há textos de Carlos R. Brandão, Osmar Fávero, Luís Eduardo Wanderley, Celso Ruy Beisegel, Silvia M. Manfredi, Moacyr Gadotti... há muitos outros. Há inúmeras teses, trabalhos que nem sempre mereceram a divulgação merecida.

Sobre o que estamos chamando a atenção sua, caro(a) leitor(a)?

Enfatizamos uma direção: chamamos a atenção para uma preocupação mais abrangente - melhor compreender o Movimento Popular (há quem chame Movimentos Sociais). Tendo em vista a transformação da cidade... esses Movimentos Populares enriqueceram a compreensão nossa sobre “educação”; eles co-relacionaram “educação e transformação”. Houve um ponto de partida “sagrado”: era o compromisso com os Movimentos Populares; buscávamos re-ver e redimensionar a EDUCAÇÃO. Penso que ampliamos nosso entendimento sobre a CULTURA.

Queremos “conferir” esse pensamento nosso: que e que você, LEITOR(A), acha disso?

Trazemos à sua leitura uma *visão pedagógica da cultura*, que é como entendemos o Movimento Popular trazendo propostas educativas (em vários níveis, como já conversamos...) para seus elementos.

Uma visão pedagógica da cultura: o movimento popular como escola de educação popular

Com maiúsculo, se escreve Movimento Popular. De muitas maneiras e com vários objetivos esse “MP” tem sido fermento de muitas novidades no Brasil, na Bolívia, no Peru, Chile, na Nicarágua, em países da África... E ele tem funcionado como uma escola: dentro do Movimento as pessoas se educam; ele é um modo educativo pelo qual as pessoas aprendem e (ao mesmo tempo) exercitam o conhecimento que vai sendo aprendido.

Nosso(a) leitor(a) é uma pessoa que sabe disso tudo. Conversemos com ele(a) *sobre esse saber que ele sabe*. Conversamos para averiguar de que modo se formou esse saber. De onde veio? De que jeito se forma o conhecimento?

A idéia mais comum sobre “educar” é aquela que envolve transmitir conhecimentos. Se você conversa com uma pessoa na rua, provavelmente vem essa noção: “educação tem a ver com alguém que sabe e transmite a muitos que não sabem”. A noção generalizada de EDUCAÇÃO é aquela de “ensinar=transmitir” e “aprender=receber”. Essa noção,

porém, vai sendo mudada pelo *Movimento Popular*. As pessoas aprendem a resolver dificuldades da vida e o *Movimento Popular* é o lugar de somar esforços. Mesmo as pessoas que pouco tempo tiveram de estudo são convidadas a somar esforços e resolver dificuldades. É por esses caminhos que o Movimento Popular vai inovando a Educação. Ele vai resolvendo as dificuldades da vida. No bairro ou na favela. Esse movimento vai transformando o bairro, vai melhorando as condições e esse é o jeito de aprender. Nesse caminho nasce a *Educação Popular*. Através da *Educação Popular* as pessoas do bairro ou da favela aprendem a transformar suas dificuldades em melhor viver. Essa Educação acontece ao mesmo tempo em que a cidade muda de cara e vira melhor viver. O *Movimento Popular* é a escola viva onde isso ocorre. Mesmo que as pessoas não se dêem conta, elas estão na escola, elas aprendem que é possível enfrentar dificuldades.

Essa é a origem dos conteúdos da Educação Popular.

E a coisa não pára aí. Há momentos em que é preciso entender a cidade e compreender “por que” as coisas chegaram a ser assim como estão. É preciso pessoas mergulhadas na transformação e enfrentamento, é preciso pessoas que leiam a história e a formação dos bairros, das cidades e de suas ciências.

A quem essa Educação Popular vai formando? A quem ela concede diploma?

Pessoas do Movimento Popular recebem esse “diploma de Educação Popular”. Gente de vários lugares. Operários nos comitês de fábrica, favelado na associação de moradores, alguns profissionais que estão com as mangas arregaçadas ajudando a construir esse saber, mulheres de um bairro lutando por creche ou saúde, plantadores que buscam

terra ou conhecimento para se expressar no grupo “sem terra”, alguns religiosos que entenderam que o Reino do Céu começa na peleja do aqui e agora, algumas instituições que resolveram não apenas aliviar o sofrimento do povo mas estão tentando solucionar o problema e a dificuldade e então facilitam que o povo se organize para resolver seus problemas.

Em vários lugares ocorre de andarem juntos o conhecimento e a transformação para melhor viver. Juntos eles constituem a Escola que é o Movimento Popular.

Com pessoas abertas para esse aprendizado é que nosso livro se preocupou.

Como é que começa?

“No início, as pessoas parecia num entender que união faz a força.

Era cada um na sua luta, parente ajudando parente. Compadre socorrendo afilhado, vizinho fofocava vizinho e havendo aqueles que, é da natureza deles, ajudava no que podia e entregava hora de serviço nos domingos. Havia de tudo, mas as pessoas num aparentava se conhecer.

No começo, quando nós tudo, esse povão da favela, quando nós ainda não era Associação nem Movimento, era difícil de enxergar aqui um corpo. Num queria parecer farinha do mesmo saco. As pessoa é levada a num reconhecer o que aprendeu nessa dureza de vida.

E no tanto que as pessoa lutava e pelejava num movimentou a Favela. Era muita luta, você sabe, a peleja do favelado é muita, mas a Favela não se movia pra nada. Era que nem um corpo seco, insistindo na gente mas contra a gente.

O esforço de começar foi num sentido assim: movimentar o corpo da Favela.

Muitas reuniões a gente marcou e veio só uns poucos. Muitas convocação foi feita e a reunião era de poucos. E a gente queria era um comum, né?, um começo que não fosse o começo de cada um mas que fosse um assunto no que todos se principiasse. Fora da favela cada um envergonha de dizer: favelado; mas na Associação podia que as pessoas compreendesse a situação dos moradores daqui. Podia que as pessoas se reconhecesse parceiro numa luta. Até que pessoa percebe na precisão dela uma luta da gente, nós tudo”.

(Importante dizer aqui: esse depoimento foi por nós colhido junto ao Movimento “Associação de Moradores da Favela Vila Nogueira”, Campinas, SP. Eles vieram nos esclarecer esse “como é que começa?”.)



SEDE

Petrópolis, RJ
(25689-900) R. Frei Luís, 100
Caixa Postal 90023
Tel.: (0242)43-5112
Fax: (0242)42-0692

LOJAS

Bauru, SP
(17015-002) Av. Rodrigues Alves, 10-37
Tel. e Fax: (0142)34-2044

Belo Horizonte, MG
(30190-060) R. Tupis, 114
Tel.: (031)273-2538
Fax: (031)222-4482

Blumenau, SC
(89010-003) R. 15 de Novembro, 963
Tel.: (0473)22-3471
Fax: (0473)22-6739

Brasília, DF
(70730-731) CLR/Norte, Q. 704, Bloco A, Nº 15
Tel.: (061)223-2436
Fax: (061)223-2282

Campinas, SP
(13015-002) Rua Br. de Jaguará, 1164
Tel.: e Fax: (0192)89316

Campo Grande, MS
(79002-174) R. Br. do Rio Branco, 1231
Tel. e Fax: (067)384-1535

Cuiabá, MT
(78005-600) Av. Getúlio Vargas, 381
Fax: (065)322-3350
Tel.: (065)322-6967 - 322-6809

Curitiba, PR
(80230-080) R. 24 de Maio, 95
Tel.: (041)233-1392
Fax: (041)233-1513

Fortaleza, CE
(60025-100) R. Major Facundo, 730
Tel.: (085)231-9321
Fax: (085)221-4238

Goânia, GO
(74023-010) R. 3, Nº 291
Tel. e Fax: (062)225-3077

Juiz de Fora, MG
(36010-041) R. Espírito Santo, 963
Tel. e Fax: (032)215-8061

Londrina, PR
(86010-390) Rua Piauí, 72, Loja 1
Tel.: e Fax: (0432)37-3129

Novo Hamburgo, RS
(93310-002) R. Joaquim Nabuco, 583
Tel. e Fax: (051)593-8143

Pelotas, RS
(96015-300) R. 7 de Setembro, 145
Tel. e Fax: (0532)27-1032

Porto Alegre, RS
(90010-273) R. Riachuelo, 1280
Tel.: (051)226-3911
Fax: (051)226-3710

Recife, PE
(50050-410) R. do Príncipe, 482
Tel.: (081)221-4100
Fax: (081)221-4180

Rio de Janeiro, RJ
(20031-201) R. Senador Dantas, 118-1
Tel. e Fax: (021)220-6445

Salvador, BA
(40060-410) R. Carlos Gomes, 698-A
Tel.: (071)241-8666
Fax: (071)241-8087

São Paulo, SP 1
(01006-000) R. Senador Feijó, 158/168
Tel.: (011)35-7144
Fax: (011)37-7948

São Paulo, SP 2
(01414-000) R. Haddock Lobo, 360
Tel.: (011)256-0611
Fax: (011)258-2841

ESCRITÓRIOS

Rio de Janeiro, RJ
(20211-130) R. Benedito Hipólito, 1
Tel.: (021)224-0864
Fax: (021)252-7528

São Paulo, SP
(01309-902) R. Luiz Coelho, 308 - Sala
37 - 3º andar
Tel.: (011)258-6910
Fax: (011)258-7070

VOZES na Pedagogia e Educação libertadoras

- alguns títulos -

- Alfabetização - Um Desafio Novo para um Novo Tempo**
Iselda Terezinha Sausen Feil
- Cadernos de Educação Popular 1** - Para Analisar uma Prática de Educação Popular - Educação Popular: Um Depoimento - *Beatriz Costa e Bernard von der Weid*
- Cadernos de Educação Popular 2** - Depoimento: Fala um Operário - *Equipe do Nova*
- Cadernos de Educação Popular 3** - Conversando com os Agentes - Saber popular/Educação Popular - *Aída Bezerra e Pedro Benjamin Garcia*
- Cadernos de Educação Popular 7** - Saúde e Educação Popular - *Equipe do Nova*
- Cala-boca Não Morreu** - A Linguagem na Pré-escola - *Walburga Arns da Silva*
- CEBs e Educação Popular** - *Ligia de Moura P. Nóbrega*
- Como Trabalhar com Mulheres** - *Mara Régia, Maria José de Lima, Isis Baião, Dilcinéa Xavier, Sílvia Camurça e Eleonora M. de Oliveira.*
- Como Trabalhar com o Povo** - *Clodovis Boff*
- Construir a Utopia** - *Herbert José de Souza*
- Dinâmica de Grupos Populares** - *William César Castilho Pereira*
- Educação Comunitária: Faces e Formas** - *Moacir Alves Carneiro*
- Educação e Favela** - *Victor Vincent Valla (Org.)*
- Educação e Vida** - *Pierre Furter*
- Educar para a Submissão** - O Descondicionamento da Mulher - *Helena Gianini Belotti*

Escola e Transformação Social - Danilo Gandin
Fala do Povo (A) - Adriano Nogueira
Isto Não se Aprende na Escola - Laura Maria Schneider
Duarte
Medicina Comunitária - Celerino Carriconde
Minha Vida, Minha Escola... É Outra História - Maria
Aldozinda
Movimento Popular e Serviço Social - Carin Kleinschmidt e
Jorgina Maria da Silva
Mulher Comunidade - Pastoral da Mulher Pobre
Na Escola que Fazemos - Paulo Freire, Adriano Nogueira e
Débora Mazza
Planejamento Participativo - Elza Maria Fonseca
Falkembach e Neyta Oliveira Belato
Por uma Educação Libertadora - Suzana Alborno Stein
Povo com Vez e Voz (O) - Edegard Silva Júnior
Pré-escola e Alfabetização - Adriana Flávia Santos de Oli-
veira Lima
**Processo Educativo Segundo Paulo Freire & Pichon-
Rivière** - Vários Autores
Rumo a uma Nova Didática - Vera Maria Candau (Org.)
Uma Escola no Fundo do Quintal - Cooperativa Mangueira
William César Castilho Pereira e Maria Antonieta
Pereira
Valores em Educação - Sônia Aparecida Ignacio Silva
Vida na Escola e a Escola da Vida (A) - Claudius Ceccon,
Miguel Darcy de Oliveira e Rosiska

VOZES

SEMPRE BONS LIVROS

nhecimento científico como “saber melhor o que se está fazendo”, “cultura de lutas” distinta de “cultura de livros”, a escola como “espaço de opções políticas”, a superação da limitação, da pobreza e da carência através de ações solidárias, o “estar opcionado pelos marginalizados”...

Os Autores: Paulo Freire, educador mundialmente conhecido, desde os anos 30 vem elaborando um pensamento pedagógico com acentuada historicidade de Brasil, de América Latina e de Terceiro Mundo. Desde então tem muito contribuído para o revigoramento da novidade que se revela no Movimento Popular, especificamente no “novo sindicalismo”, nas lutas de um “partido novo”, no surgimento de novas e originais associações e até na “pastoral popular” da Igreja da libertação.

Adriano Nogueira, professor universitário de filosofia, desde há muito engajado em movimentos de Educação Popular, desta se declara um permanente aprendiz. Publicou, pela Vozes, *A Fala do Povo* e, em parceria com Paulo Freire e Débora Mazza, *Na Escola que Fazemos*.

Que fazer

Trecho do livro

A idéia mais comum sobre “educar” é aquela que envolve transmitir conhecimentos... A noção generalizada de EDUCAÇÃO é aquela de “ensinar=transmitir” e “aprender=receber”. Essa noção, porém, vai sendo mudada pelo *Movimento Popular*. As pessoas aprendem a resolver as dificuldades da vida e o *Movimento Popular* é o lugar de somar esforços... Ele vai resolvendo as dificuldades da vida... Nesse caminho nasce a *Educação Popular*. Através da *Educação Popular* as pessoas do bairro ou da favela aprendem a transformar suas dificuldades em melhor viver. Essa Educação acontece ao mesmo tempo em que a cidade muda de cara e vira melhor viver. O *Movimento Popular* é a escola viva onde isso ocorre. Mesmo que as pessoas não se dêem conta, elas estão na escola, elas aprendem que é possível enfrentar dificuldades...



VOZES

ISBN 85.326.0579-6



9 788532 605795